Quinta-feira, 2 de julho de 2026 **I Série — Número 109**

DIÁRIO
da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 1 DE JULHO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. Diogo Velez Mouta Pacheco de Amorim

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 5/XVII/1.ª (L) — Época de incêndios: prontidão do País e das zonas afetadas pelo comboio de tempestades, intervieram o Deputado Jorge Pinto (L) e o Secretário de Estado da Proteção Civil (Rui Rocha).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores e do Secretário de Estado das Florestas (Rui Ladeira), os Deputados Eliseu Neves e Pedro Pinto (CH), Mário Amorim Lopes (IL), Paula Santos (PCP), Filipa Pinto (L), Eurídice Pereira (PS), Fabian Figueiredo (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Simões de Melo (CH), Filipe Sousa (JPP), André Rijo (PS), Maria José Aguiar (CH), Fernando Queiroga (PSD), Alfredo Maia (PCP), Catarina Louro (PS), Luís Paulo Fernandes (CH), Hernâni Dias (PSD), Rodrigo Saraiva (IL), João Antunes dos Santos e Nuno Jorge Gonçalves (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Pedro do Carmo (PS) e Pedro dos Santos Frazão (CH).

No encerramento do debate intervieram a Deputada Isabel Mendes Lopes (L) e o Secretário de Estado das Florestas.

O Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) encerrou a sessão eram 17 horas e 53 minutos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.as e Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Peço que tomem os vossos lugares e peço às forças de segurança o favor de abrirem as galerias, para podermos dar início aos nossos trabalhos.

Pausa.

Bom, Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos. Passo a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, o Sr. Deputado Francisco Figueira, para anúncio do expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é apenas para informar a Câmara de que se encontra, nos suportes institucionais da Assembleia da República, o conjunto de iniciativas que deram entrada nos nossos serviços desde a nossa última sessão plenária.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Vamos entrar no ponto 1 e único da ordem do dia, que consiste na Interpelação ao Governo n.º 5/XVII/1.ª (L) — Época de incêndios: prontidão do País e das zonas afetadas pelo comboio de tempestades.

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Concidadãos: Começo com a nota de que é com muita tristeza que vemos que, sem qualquer desprimor para os Srs. Secretários de Estado, não estão aqui os Ministros responsáveis pelas pastas em debate.

Aplausos do L e do PS.

É com pena porque, tendo oportunidade de, perante o País inteiro, dizer o que está a ser feito para prevenir fogos florestais e que meios estão no terreno, preferem abdicar dessa presença e desse debate.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Nós não fugimos e, por isso, temos este agendamento.

Beja, 43º C, Évora, 43º C, Santarém, 42º C, Lisboa, 41º C, Porto, 36º C. Na semana em que o Livre agenda este debate, Portugal enfrenta uma nova vaga de calor, com máximos de temperatura a ultrapassar os 40º C em muitas localidades.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Coisa rara! Nunca houve!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Culpa do Livre!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isto tem impactos a vários níveis. Desde logo, tem impacto no conforto dentro de nossas casas, onde tantos de nós aguentamos temperaturas demasiado elevadas, e nos nossos locais de trabalho, onde, contrariamente àquilo que dizia a Sr.ª Ministra do Trabalho, não basta beber água ou pôr um chapéu para estarmos protegidos.

Aplausos do L.

Em ondas de calor, estarmos expostos, dentro das nossas casas ou nos nossos locais de trabalho, representa um risco para a saúde, muitas vezes um risco para as nossas vidas, certamente um risco para as vidas dos mais frágeis de entre nós. Esse é um risco que não queremos nem devemos menorizar.

Este é um novo normal que nós temos pela frente: mais fenómenos extremos, mais intensos e mais devastadores. De entre estes fenómenos, os fogos florestais são, como a nossa história recente mostra, daqueles que mais danos causam e que mais vidas reclamam.

Não poderemos acabar com todos os fogos florestais, é certo, mas podemos antecipá-los, criando condições para que não se propaguem e assegurando meios no terreno, para que sejam eficazes no seu combate.

É por isso que este debate não surge hoje de forma isolada e tem dois grandes objetivos. Em primeiro lugar, dando continuidade àquilo que o Livre tem feito noutras discussões que traz a esta Câmara, queremos perceber de que modo está o nosso País a preparar-se e a antecipar esta nova realidade. Em paralelo, e com foco naquilo que pode acontecer já nos próximos dias, queremos perceber qual o nível de prontidão e quais os meios ao dispor daqueles que estarão na linha da frente no combate aos fogos florestais.

Comecemos, então, pela prevenção. O trauma que o País viveu, que todos nós vivemos em 2017, com os incêndios de Pedrógão Grande, fez com que o foco na prevenção estrutural aumentasse. O País passou, então, de uma distribuição de cerca de 80 % para combate e 20 % para prevenção, para cerca de 45 % para combate e 55 % para prevenção, como tem hoje.

Esta é uma alteração importante e que deve continuar, até porque há condições de partida às quais Portugal não pode escapar: primeiro, as alterações climáticas terão um grande impacto no nosso País, também no que diz respeito aos fogos florestais; segundo, Portugal tem uma grande prevalência de monoculturas, nomeadamente de pinheiros e eucaliptos; terceiro, a grande maioria da floresta em Portugal é privada e com um cadastro de propriedade longe, muito longe, de estar completo; quarto, o interior do País está cada vez mais despovoado; quinto, as zonas mais afetadas pelos incêndios são também as zonas mais montanhosas e de mais difícil acesso pelos meios de combate.

A tudo isso acresce, este ano, um inverno chuvoso, com o que isso representa para o aumento da vegetação no verão, e o comboio de tempestades que assolou o centro do País e deixou milhões de árvores caídas, muitas delas ainda hoje por recolher.

Burburinho na Sala.

Estamos, assim, a entrar num verão particularmente desafiante, que exigirá o melhor de cada um de nós.

Para o Livre, as prioridades são claras: desde logo, assegurar a limpeza dos terrenos. Sejamos francos…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, peço só um momento. Eu pedia aos Srs. Deputados o favor de fazerem menos ruído, para que se possa ouvir e para não exigir um esforço grande ao Sr. Deputado que está a falar. Muito obrigado. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Esforço grande é ouvi-lo!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Já sabemos que, nesta Câmara, quando os assuntos são importantes, muitas vezes é quando há mais distração, mas cá estarei para levantar a voz, se for preciso, para chamar a atenção de todos os Deputados.

Aplausos do L.

Protestos do PSD, do CH e do CDS.

Continuando, as nossas prioridades são claras e começam pela limpeza dos terrenos.

Sejamos francos, o Governo esteve muito longe de assegurar as condições para a limpeza dos terrenos a uma escala que seja correspondente àquilo que aconteceu no nosso País, no início do ano. O Governo não

conseguiu assegurar a escala de limpeza necessária para a remoção das toneladas e toneladas de lenha que caíram no centro do País, e isso é um problema.

É um problema que se verifica hoje mesmo, dia 1 de julho, porque ontem, findo o prazo para a limpeza dos terrenos, nós temos muitas questões, desde logo perceber que terrenos foram, afinal, efetivamente limpos e, sobretudo, que terrenos é que continuam por limpar. Qual é a escala? Que proprietários é que queriam ter limpado os terrenos e não conseguiram, porque só eram pagos *a posteriori*, mas não tinham os meios financeiros para fazer a limpeza antecipadamente?

A seguir, interessa também perceber o que é que o Governo vai fazer ao nível da fiscalização e do apoio aos proprietários que precisamente não conseguiram, com os seus próprios meios, fazer a limpeza dos seus terrenos.

O que pergunto, então, é: que dados temos hoje sobre a limpeza de terrenos a nível nacional? Esta é uma pergunta essencial, à qual temos de dar resposta neste debate.

Depois, findo o período de limpeza ontem, no final do mês de junho, os proprietários vieram pedir tolerância, com o Presidente da Federação Nacional de Associações de Proprietários Florestais a dizer, e cito, que «há muitos trabalhos que ainda vão decorrer». Por isso, pede o próprio à GNR (Guarda Nacional Republicana) que seja dado mais tempo às pessoas que já disseram que iam fazer a limpeza, e cito novamente: «que as pessoas que já disseram que iam fazer não sejam logo multadas no dia 1,…» — de julho, hoje mesmo — «… mas que se lhes dê ainda tempo de resolver o problema», defendendo então tolerância e pedagogia, pois as associações, equipas de sapadores e empreiteiros têm muito trabalho ainda em carteira.

Depois, como se processará então esta fiscalização, após o dia de ontem? Mais importante do que isso, e porque pouco nos interessa a caça à multa, o que vai então o Governo fazer para gerir o que não foi limpo, que é combustível que ficou acumulado, e que os proprietários não conseguiram ou não quiseram limpar? Existe algum mecanismo de substituição da limpeza pelas câmaras municipais? Estes custos serão assumidos mais tarde pelos proprietários ou ficarão a cargo do Governo? Tudo isto são questões às quais temos de dar resposta.

Mas, como estamos também já no mês de julho, é essencial falar de meios. Todos os anos, na chamada «época de combate aos incêndios», surge a mesma dúvida: Portugal tem os meios necessários para fazer face aos piores cenários? Temos meios suficientes, que sejam mobilizados rapidamente e com eficácia, para um ataque inicial com sucesso? Dependemos de países terceiros? Se sim, em que medida? Conhecemos, à partida, os critérios que vão permitir a ativação do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, se ele for necessário?

Vale a pena dizer que, nesta época, o mecanismo vai possivelmente ser requerido por vários países e que, já no mês de abril, os Países Baixos acionaram este mecanismo, para combater fogos rurais. Isto significa, evidentemente, que a disponibilidade de ajuda europeia, nesta época mais crítica, pode ficar comprometida. Por isso, também aqui é preciso antecipação.

Mais, conseguiremos fazer face a um eventual constrangimento deste tipo? E as Forças Armadas estão ou não estão mobilizadas para entrarem em ação já, caso isso seja necessário?

No fundo, Sr.as e Srs. Deputados, a questão fundamental é se podem ou não os portugueses dormir descansados, sabendo que fizemos tudo para os proteger, para proteger as suas propriedades, para proteger as suas vidas, para proteger as suas comunidades.

Aplausos do L.

É que não basta dizer — antecipo aquilo que será dito pelos Srs. Secretários de Estado — que temos o maior dispositivo de sempre, se ele não bastar para o desafio que temos pela frente.

A realidade deste ano de 2026 é única e é verdadeiramente excecional. Portanto, mais do que ter o maior número de meios de sempre, temos de ter o número de meios suficiente para este cenário absolutamente excecional a todos os níveis.

E aqui cito alguém insuspeito, o Sr. Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que dizia, já neste mês de maio, que o maior dispositivo de sempre não chega, se este for um verão como o de 2025. Tenho más notícias: infelizmente, arriscamo-nos a que este verão de 2026 seja muito pior do que o de 2025.

Hoje, dia 1 de julho, ainda vamos a tempo de evitar o pior para o nosso País. Por isso, fizemos este agendamento e, por isso, Portugal sabe que pode contar com o Livre.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, Sr. Dr. Rui Rocha.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil** (Rui Rocha): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Permitam-me começar por afirmar, com toda a clareza, que o Governo encara sempre a preparação da época de incêndios rurais com um profundo sentido de responsabilidade.

É precisamente por reconhecermos a exigência deste desafio que temos vindo, ano após ano, a reforçar o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, procurando retirar ensinamentos da experiência acumulada e transformar esses ensinamentos em melhorias concretas na capacidade de prevenção, prontidão e resposta.

O dispositivo para 2026 representa mais um passo nesse caminho. Aliás, recordo que o DECIR (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais) deste ano, apresentado no passado dia 2 de março em Ponte da Barca, foi um dos que mais cedo teve a sua aprovação.

Depois da avaliação efetuada às ocorrências do ano de 2025, foi possível introduzir um conjunto de melhorias operacionais, que reforçam a capacidade de resposta do sistema.

Este será, uma vez mais, o ano com mais operacionais, mais equipas e mais meios disponíveis, durante o período crítico entre 15 de maio e 15 de outubro. Este reforço não acontece por acaso. Resulta de um trabalho continuado de planeamento, investimento, coordenação e de melhoria permanente.

A capacidade do dispositivo depende do profissionalismo dos seus operacionais, da qualidade dos meios disponíveis e da coordenação entre todas as entidades, mas existe um fator que nenhum país controla: as condições meteorológicas. Temperaturas extremas, baixa humidade e vento forte continuam a ser variáveis determinantes na evolução dos incêndios rurais.

É por isso que a confiança no dispositivo tem de caminhar sempre lado a lado com prudência e realismo.

Os próximos dias exigem-nos já essa prudência. As previsões apontam para temperaturas muito elevadas, tanto durante o dia como durante a noite, criando condições particularmente favoráveis à ignição e propagação de incêndios.

Por isso, também aproveito esta oportunidade para deixar um apelo muito claro à responsabilidade dos nossos concidadãos, já que cada comportamento individual pode fazer a diferença na proteção de vidas, de bens e do nosso património natural. Evitar qualquer utilização de fogo, adiar trabalhos de limpeza junto à floresta, não realizar atividades que possam provocar ignições. Recordo que todas estas utilizações são proibidas nos concelhos com perigo de incêndio rural muito elevado ou máximo, mas, perante as condições previstas, o comportamento mais prudente é evitá-las em todo o território.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, cada vez mais somos confrontados com mais fenómenos meteorológicos extremos, temperaturas elevadas e secas prolongadas. Perante esta realidade, não podemos ficar à espera de que os acontecimentos nos ultrapassem. Temos de estar à frente dos problemas, melhorando continuamente os nossos procedimentos. Temos de investir mais no conhecimento, na formação, na tecnologia e na capacidade operacional. Temos de garantir que o sistema está preparado para proteger pessoas, bens e territórios.

É precisamente esse o objetivo que orienta o trabalho que temos vindo a desenvolver e é precisamente nesse contexto que se enquadra o DECIR 2026, um dispositivo construído a partir da experiência acumulada, designadamente na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que, mais uma vez, nos permitiu introduzir várias melhorias para este ano, comparativamente a 2025.

Reforçámos a capacidade de resposta operacional. Pretendemos passar para quatro grupos de reforço de ataque ampliado; portanto maior capacidade de reserva estratégica à ordem do comando nacional.

Reforçámos igualmente os meios disponíveis no terreno, tendo aumentado significativamente a disponibilidade de máquinas de rastos. Passámos de uma capacidade total de 26 para 50 equipamentos dos corpos de bombeiros, do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), da Força Especial de Proteção Civil, das Forças Armadas e da AFOCELCA.

Garantimos também a utilização de retardante em diferentes fases das operações, designadamente no ataque inicial e em vários centros de meios aéreos, passando de um, em Santarém, o ano passado, para cinco, este ano, ao qual se juntam Vila Real, Viseu, Proença-a-Nova e Cernache.

Investimos também na formação e na capacitação: em 2025, realizámos 325 ações de treino operacional, em 2026, realizaremos 428. Mais formação, mais preparação, mais capacidade de resposta é um reforço muito significativo.

Introduzimos ainda novas capacidades aéreas. Teremos o maior dispositivo aéreo de sempre: 78 aeronaves, 81 se contarmos com os meios aéreos da AFOCELCA, e, pela primeira vez, integrámos dois helicópteros *Black Hawk* da Força Aérea Portuguesa — uma capacidade diferenciadora. Também o dispositivo terrestre cresce: a partir de hoje, na fase delta, mais de 15 000 operacionais, mais de 3400 veículos.

Burburinho na Sala.

Mas tão importante como ter meios é garantir que os meios funcionam bem. Por isso, reforçámos a capacidade de comando e controlo: criámos equipas de posto de comando com capacidade de rotação permanente, sem interrupções, sem quebras, sem perda de continuidade operacional; e reforçámos igualmente a articulação com os municípios, os serviços municipais de proteção civil terão maior integração operacional — quem conhece o território deve estar envolvido na gestão da resposta. Este é um princípio fundamental.

Burburinho na Sala.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, quero também sublinhar a atenção particular que está a ser dedicada aos territórios da região centro, afetados pela tempestade de *Kristin*, não esquecendo que nas regiões mais afetadas…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Secretário de Estado, pedia-lhe o favor de interromper. Lamento ter de chamar a atenção, outra vez, das Sr.as e Srs. Deputados para que não façam ruído durante as intervenções. Não é uma questão regimental, é uma questão de cortesia e, em certos aspetos, a cortesia é tão ou mais importante que o Regimento. Muito obrigado.

Desculpe, Sr. Secretário de Estado. Faça favor de prosseguir.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero também sublinhar a atenção particular que está a ser dedicada aos territórios da região centro afetados pela tempestade *Kristin*, não esquecendo que nas regiões mais afetadas ficaram milhões de árvores derrubadas e enormes quantidades de material lenhoso. Temos consciência de que a acumulação de material lenhoso aumenta o risco e a complexidade da resposta operacional. Por isso, foram implementadas medidas específicas de reforço da vigilância, do posicionamento de meios e da capacidade de intervenção, procurando mitigar a vulnerabilidade acrescida desses territórios. Perante uma situação excecional, o Governo entendeu que não podia responder com soluções habituais.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Numa primeira fase, criámos o Comando Integrado de Prevenção e Operações, o CIPO, tendo sido uma decisão inédita. Pela primeira vez, na antecipação e no planeamento, foi possível juntar várias entidades das tutelas do Ministério da Administração Interna, do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério da Agricultura e Mar sob uma mesma e única coordenação.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — O CIPO não é uma mera estrutura administrativa, é o verdadeiro centro de coordenação, partilha de informação e cooperação institucional. Todos trabalham com a mesma informação em tempo real, todos partilham os mesmos dados no mesmo instante. Este modelo de cooperação permanente permite-nos olhar para o território, antecipar onde o risco é maior e agir.

Graças a este trabalho conjunto, já foi possível desobstruir e validar cerca de 18 000 km de caminhos florestais e rurais. Foi também possível que os 26 municípios com maior perigosidade na abordagem ao interface urbano-rural se constituíssem como gestores de áreas integradas de gestão da paisagem, num trabalho em tempo recorde desenvolvido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Tem sido uma missão exigente, mas estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para minimizar os impactos da tempestade *Kristin*.

Numa segunda fase, aprovámos um plano operacional nacional, com medidas extraordinárias de reforço do DECIR nas zonas afetadas pela tempestade, que contempla: pré-posicionamento de uma brigada de combate a incêndios da FEPC (Força Especial de Proteção Civil); pré-posicionamento de meios aéreos de patrulhamento, vigilância e combate na Base Aérea de Monte Real; incremento do estado de prontidão especial nível 1, já desde o início de junho, de forma permanente, incrementado para os restantes níveis sempre que o risco justifique; aumento dos patrulhamentos e dos pré-posicionamentos terrestres; reforço imediato da triangulação inicial para, no mínimo, quatro corpos de bombeiros e uma brigada em estado de prontidão especial nível 3 e 4; e aumento do estado de prontidão das máquinas de rastos dos municípios e do ICNF.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a proteção civil é uma responsabilidade coletiva. O Estado tem o dever de preparar, coordenar e mobilizar os meios necessários, mas nenhum dispositivo, por mais robusto que seja, consegue substituir a prevenção e o comportamento responsável de cada cidadão. A melhor ocorrência continua a ser aquela que não chega a acontecer. Na época de maior risco, reduzir o número de ignições, sobretudo as ignições simultâneas, é absolutamente decisivo para garantir que os meios disponíveis conseguem responder com eficácia e rapidez.

Termino deixando uma palavra de reconhecimento e confiança a todos aqueles que diariamente asseguram este dispositivo nacional: a toda a estrutura da ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil), às bombeiras e aos bombeiros,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — … à Força Especial de Proteção Civil, à Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, aos autarcas, aos sapadores florestais e às equipas de bombeiros sapadores, às Forças Armadas, à Guarda Nacional Republicana, a todos os trabalhadores de serviços municipais da proteção civil e a todos os outros que, com profissionalismo, disponibilidade e espírito de missão, protegem diariamente Portugal e os portugueses.

É com esta confiança, aliada ao sentido de responsabilidade de todos, que enfrentaremos mais uma época de incêndios rurais, preparados para responder aos desafios que possam surgir, mas sobretudo determinados em fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que esses desafios sejam os menores possíveis.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Anuncio à Câmara que temos a assistir à sessão plenária um grupo de 54 alunos e professores da Universidade do Minho; um grupo de alunos e professores da Escola Profissional do Fundão; um grupo de cidadãos da Junta de Freguesia Senhora da Hora, de Matosinhos; um grupo de alunos e professores da Universidade Católica Portuguesa; um grupo de cidadãos de Pombal e um grupo de cidadãos da Assembleia Municipal Jovem de Peniche. Bem-vindos a esta Câmara.

Aplausos gerais.

Para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, dou a palavra ao Sr. Deputado Eliseu Neves, do Chega.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o País entra novamente numa época de maior risco de incêndios rurais, num contexto em que muitos territórios continuam ainda fragilizados por fenómenos extremos e por situações anteriores que deixaram marcas profundas nas nossas populações.

Existe um provérbio popular que diz «casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão.» Também nos incêndios, quando falta a prevenção, o planeamento e a capacidade de resposta, quem acaba sempre prejudicado são as populações que vivem no território.

Ao partido Livre, pergunto: perante a possibilidade da conjugação entre incêndios rurais e fenómenos extremos, como os chamados «comboios de tempestades», considera o Livre que Portugal está verdadeiramente preparado para proteger as zonas mais vulneráveis? Não estaremos perante uma repetição de um erro político recorrente? Muita teoria, muita opinião e pouca experiência prática no terreno. Por vezes as intervenções do Livre parecem aproximar-se do chamado «efeito *Dunning-Kruger*», com uma enorme confiança nas soluções apresentadas,…

Risos do L.

… mas sem o devido reconhecimento da complexidade dos problemas e das dificuldades enfrentadas por quem está, de facto, no terreno.

O Livre corre, muitas vezes, o risco de ser visto como os verdadeiros profissionais do «achismo»: apresentam diagnósticos e soluções sobre os territórios, incêndios e gestão florestal, mas nem sempre demonstram conhecer a realidade concreta…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — … das aldeias, dos agricultores, dos nossos bombeiros, das autarquias e das populações que vivem diariamente com estes riscos.

Srs. Deputados, a questão é simples: entre uma opinião e a ação existe uma diferença, e essa diferença mede-se nos resultados.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Que medidas concretas apresenta o Livre para garantir uma verdadeira prontidão nacional, com meios no terreno, limpeza e manutenção das linhas de água, proteção das aldeias e coordenação efetiva entre Governo, autarquias e agentes da proteção civil?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Eliseu Neves, agradeço a questão e agradeço mesmo porque, repare, se há partido nesta Câmara que está perfeitamente tranquilo quando falamos de prevenção no País, é o Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Basta olhar para aquilo que têm sido os nossos agendamentos. Nós até fizemos um agendamento, veja-se lá, dedicado única e exclusivamente à cultura de prevenção e de planeamento do nosso País.

Protestos de Deputados do PSD, do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que ficou conhecido como o agendamento das latas de atum!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Portanto, se há partido que está disponível para essa discussão, somos nós.

E relembro-o de outra coisa. Até hoje, na nossa história, aqui no Parlamento, apresentámos apenas um pedido de comissão parlamentar de inquérito e foi na sequência do apagão de 28 de abril de 2025 para que, tendo como ponto de partida o apagão, se percebesse como é que Portugal está ou não está preparado para enfrentar fenómenos extremos.

O que é que disse o Chega, na altura? Nós lembramo-nos bem. Disse que era um *faits divers* — veja lá, Sr. Deputado. Portanto, se há quem aqui esteja para discutir preparação é o Livre; se há quem aqui esteja para vir a reboque apenas sobre o assunto do dia é o Chega, como sempre.

Mas dou-lhe medidas concretas — elas são dezenas, não as posso dar todas — sobre o que nós aqui temos feito.

Aplausos do L.

Repare, nós pensámos em tudo o que diz respeito a prevenção e fogos florestais, em todas as linhas de ação. Pensámos nisso quando agendámos a regionalização, porque, sim, Portugal é um país onde o despovoamento do interior…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como não!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … está também a afastar estas pessoas dos locais onde as florestas estão. Como é que votou o Chega? Sabe, Sr. Deputado? Foi contra.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Nós apresentámos essas discussões, até sobre coisas muito práticas, quando, imediatamente a seguir aos incêndios do ano passado, dissemos: «Tenham cuidado! As áreas ardidas têm de ser limpas, porque senão isso vai representar perigo de desabamento de terras e poluição dos cursos de água, com impacto nas populações.» O que é que disse o Chega sobre isso, na altura, uma vez mais? Nada.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Portanto, lições de prevenção vindas do Chega para o Livre, só se fosse para rir. Mas se quiserem aprender, se quiserem estar abertos a este debate, cá estaremos nós para continuar a ensinar.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Entretanto, chegou à Mesa a informação de que, entre os assistentes nas galerias, está a Assembleia Municipal Jovem de Coimbra. Muito bem-vindos, também.

Aplausos gerais.

Agora, temos oito pedidos de esclarecimento ao Governo, a que o Governo responderá em três momentos: primeiro a três, seguidamente a outros três e por fim aos dois restantes.

Assim, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do CH, que dispõe de 2 minutos.

Aproveito para dizer à Câmara que o Sr. Deputado Pedro Pinto hoje faz anos, é o seu dia de aniversário. Parabéns!

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Pinto, falar de incêndios é, de facto, um debate importante, e tenho de dizer também que estamos muito perto, já, da época de incêndios.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E o que é que vocês fizeram?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): —Agora, o que é que está mal neste debate? É o senhor iniciar a sua intervenção a dizer assim: «Évora, 41 °C; Santarém, 41 °C; Lisboa, 41 °C.» Ó Sr. Deputado, a isso chama-se verão. Chama-se verão! Não sei se sabe o que é, mas chama-se verão!

Aplausos do CH.

Até lhe vou dizer mais: Amareleja, 47 °C. É uma coisa perfeitamente normal, isso acontecer.

Protestos do L e de Deputados do PS.

Agora, para o Livre, tudo é um fenómeno. Tudo é um fenómeno de extremos: os 41 °C, os 47 °C na Amareleja. Ó Sr. Deputado, isso é normal! Só quem não conhece o País é que não consegue perceber isso.

Dedicando-me aqui ao Governo, Sr. Secretário de Estado, ouvi o Sr. Ministro da Administração Interna dizer que estamos preparados para esta época de incêndios. Espero mesmo que estejam preparados para esta época de incêndios, porque aquilo que temos visto não é bom.

O Sr. Ministro disse que vinha a este Parlamento apresentar tudo aquilo que tinha para a prevenção dos incêndios. Não veio nem apresentou tudo aquilo que tinha para a época de incêndios.

Disse também que falta uma cultura de limpeza, particularmente nos terrenos privados. É verdade! Então e nos terrenos públicos? Nos terrenos do Estado, o que é que tem sido feito por este Governo para fazer a limpeza, Sr. Secretário de Estado?

Aplausos do CH.

Disse também que vai haver um grande aumento de meios. Ainda bem que vai haver um grande aumento de meios, mas o que é certo é que o Sr. Secretário de Estado falou durante 10 minutos e não tocou na palavra «bombeiros». Então e os bombeiros portugueses, como é que vão ser tratados? Os bombeiros vão continuar à margem do combate aos incêndios, como tem acontecido até agora?

Protestos do Deputado do PSD Fernando Queiroga e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Não, não podem continuar!

Sr. Secretário de Estado, acho que hoje era um bom dia, também, para explicar uma frase sua, que é a de que nenhum operacional ficará impune, caso faça declarações sobre as dificuldades no combate aos incêndios. Hoje era um bom dia para explicar aos portugueses se isto é verdade ou não.

Agora, isto é importante: o que é que vai fazer pelos bombeiros portugueses?

Mais, quanto aos incendiários: os incendiários vão ser ou não considerados terroristas? Vão ou não para a cadeia, que é o lugar para onde quem faz incêndios tem de ir? É para a cadeia! A isso é que esse Governo devia estar dedicado, também.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da IL, que dispõe de 2 minutos, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário do Estado, na sua intervenção de quase 10 minutos, falou muito de combate aos incêndios,

porque se avizinha a época dos incêndios. Falou de organização de meios, falou de coordenação de meios, mas creio que falou pouco de prevenção. E já diz o antigo adágio popular que «mais vale prevenir do que remediar».

Ora, quanto a isso, o que é que temos visto? Na sequência do comboio de tempestades na região Centro, sabemos hoje que as árvores que foram derrubadas pelas tempestades demorarão cerca de três a quatro anos a serem retiradas. Quem o diz? Não sou eu, Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal; é Paulo Fernandes, coordenador da Estrutura de Missão – Reconstrução da Região Centro do País. Três a quatro anos! Isto, por si só, é grave.

A isto acresce o facto de, sabendo nós que os recursos são poucos, precisamos de contar com toda a ajuda. E houve, de facto, produtores florestais que se disponibilizaram para, eles próprios, recolherem essa madeira. A contrapartida seria ficarem com ela. É uma contrapartida debatível, mas certamente é justa.

O que é que soubemos? Soubemos que não houve resposta. Não tiveram resposta! Esses 800 produtores florestais disponibilizaram-se à Unimadeiras e a Unimadeiras diz: não tivemos resposta. Ou seja, forças que estão no terreno, que conhecem o terreno, que conhecem as dificuldades do terreno, que conhecem o nosso território — que, na verdade, não tem só um plano de gestão florestal, tem 308 planos florestais, pois cada município tem o seu plano de gestão florestal — estavam ali disponíveis para ajudar, e o que é que nós ouvimos? Que não tiveram resposta. Portanto, eu gostaria que o Sr. Secretário de Estado explicasse, perante o País, como é possível abdicar desta ajuda num momento em que toda a ajuda faz falta.

Para terminar, houve empresas que se candidataram, no âmbito do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), para adquirir máquinas de corte e de rechega e também camiões. E, desde fevereiro, segundo elas, nada — ausência de resposta, vazio total.

Sr. Secretário de Estado, prevenção é muita coisa, mas não é isto, de certeza.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para o terceiro pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, o Governo não controla a temperatura, é um facto, mas pode prevenir nestas circunstâncias, e a verdade é que uma das primeiras questões que se exigem é a proteção das pessoas, dos trabalhadores e das populações.

Por isso, a questão que eu gostaria de lhe colocar desde já é que medidas é que o Governo está a tomar para a proteção dos trabalhadores no nosso País, considerando que há trabalhadores que exercem as suas funções num espaço público, cujas temperaturas são, de facto, muito elevadas e não garantem a sua proteção. Que cuidados devem ser tomados? Que medidas há para cuidar desses trabalhadores?

Mas também há muitos trabalhadores que exercem as suas funções em instalações fechadas que, muitas vezes, atingem valores de temperatura elevadíssimos e, por vezes, até superiores àqueles da área exterior.

Portanto, a questão que lhe queria colocar era a de saber que medidas é que o Governo está a tomar e que articulação está a ser feita entre as diversas autoridades para a proteção dos trabalhadores e para garantir a sua saúde.

A próxima questão prende-se com o seguinte: nós, nas jornadas parlamentares, estivemos em Leiria — ainda ontem estivemos também no concelho de Tomar — e a verdade é que nos confrontámos com um cenário que era devastador, um barril de pólvora, com árvores e árvores tombadas no chão. Com a situação que vivemos, isto é, de facto, de um enorme risco.

Já ouvi, por parte do Sr. Secretário de Estado, que foi reforçada a capacidade, mas a questão é: estes meios estão todos em prontidão? Que alterações é que foram introduzidas na gestão dos meios existentes?

Falou também no reforço da capacidade do comando e no controlo. No quê, no concreto? Questões de logística? Combustíveis? Alimentação? Abastecimento de água aos bombeiros e aos agentes da proteção civil? Como é que está organizado?

Que planeamento estratégico de emergência acautelou? Ou vai ser novamente o desenrasca, como tem acontecido ao longo de todos estes anos?

O repouso por parte dos bombeiros está garantido, ou vamos continuar a ver bombeiros a repousar e a descansar na rua, porque não há um espaço para os proteger?

Quanto aos bombeiros, é preciso dizer que é inaceitável que tenham rejeitado a proposta…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra o Sr. Secretário de Estado, para responder a estes três pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, caro Deputado Pedro Pinto, quero felicitá-lo pelo seu aniversário. Talvez por isso estivesse distraído e não ouviu a minha intervenção quando referi os bombeiros de Portugal. Pode ter sido pelo aniversário.

Quero dizer aos Srs. Deputados que a limpeza de terrenos, que teve o seu prazo terminado no dia 30, ontem, pode continuar a ser feita mediante determinadas condições. É claro que é proibida nos concelhos que tenham perigo de incêndio rural muito elevado ou máximo, mas, em todos os outros, as pessoas podem continuar a fazer a sua limpeza, desde que nas condições adequadas e garantindo toda a segurança. Sobretudo nestes dias que se aproximam agora, com grandes temperaturas, as pessoas não o devem fazer mesmo naqueles concelhos onde é possível, e, quando for possível mais à frente, que o façam, de facto, no horário e nos dias que sejam mais favoráveis, em que não possa haver outro tipo de consequências.

Depois, Sr. Deputado, agradeço-lhe mesmo a questão em que referenciou as minhas palavras, porque só mesmo quem não me conhece ou quem não quiser conhecer o meu histórico de quase 20 anos como dirigente associativo de base local, como presidente de direção de uma associação humanitária, é que poderia supor que alguma vez a intenção dessas minhas palavras fosse calar quem quer que seja, ainda para mais bombeiros ou operacionais. Pelo contrário, a disponibilidade e a postura deste Secretário de Estado, e poderei acrescentar deste ministério do Governo, são a de escutar e de estar em permanente contacto com a realidade, o que tem sido um dos grandes objetivos do meu mandato, comprovado pela visita que já efetuei a mais de 120 concelhos do nosso País, e ainda ontem em Almodôvar, com temperaturas muito elevadas.

Essas visitas traduziram-se, Sr. Deputado, desde logo, numa visita aos 20 concelhos com a maior área ardida no ano passado, nos meses de agosto e setembro, de forma a ouvir os interlocutores locais que estiveram no terreno e a sua opinião. E uma das questões que foi suscitada em muitas destas reuniões foi aquilo que muitas vezes observamos *in loco* e nas televisões, que é os operacionais a dizerem que não têm missão, que não sabem o que fazer. E as minhas palavras foram sempre no sentido de que o devem dizer, para que nós possamos atuar.

Agora, no fim, vamos ter de averiguar o que é que falhou. O bombeiro tem de ter uma missão, que tem de ser atribuída pela estrutura de comando. E o que eu disse é que iríamos averiguar de quem é a responsabilidade desta falha, porque não queremos colocar em perigo bombeiros que estão num sítio qualquer de um teatro de operações sem saber qual é a sua missão.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Jorge Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Para uma interpelação à Mesa, para distribuição de documentos, Sr. Presidente.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, é para pedir a distribuição de três documentos que comprovam a excecionalidade do momento que atravessamos.

O primeiro é uma notícia do dia 30 de junho: «Portugal aguarda a maior onda de calor de sempre».

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso são coisas encomendadas!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, peço silêncio.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — O segundo é uma notícia de há cerca de uma hora: «Saúde: Autoridades alertam para aumento da mortalidade devido à onda de calor e reforçam prevenção».

E o terceiro, porque é dia de aniversário do Deputado Pedro Pinto, é uma oferta.

O orador exibiu a reprodução de um cartoon *com um cão rodeado de labaredas e um balão de texto a dizer «*This is fine*».*

É um retrato que significa bem aquela que tem sido a postura do Sr. Deputado e do Chega neste debate, de negação das alterações climáticas, de negação da realidade que está à nossa porta.

Aplausos e risos do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, a Mesa receberá esses documentos com todo o gosto e fará a distribuição.

O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Retratos do Sr. Deputado Jorge Pinto, eu podia distribuir muitos, e até de Manuel João Vieira, quando ficou atrás dele nas eleições presidenciais.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas queria distribuir uma notícia de 2017, que diz que a Amareleja atingiu 47,2º C — em 2017! Portanto, Sr. Deputado, isso é tudo conversa! Aquilo das temperaturas é tudo conversa vossa.

Aplausos do CH.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, vamos retomar a ordem para os nossos trabalhos.

Agora, para um pedido de esclarecimento ao Governo, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, nesta fase, importa perceber com toda a clareza o que sucede exatamente quando as câmaras municipais identificam terrenos que não estão limpos.

Que procedimentos estão a ser seguidos depois dessa identificação e com que celeridade? Estamos perante uma mera sinalização administrativa, ou existe uma cadeia operacional que garante não só a verificação e a notificação ao proprietário, mas, mais importante, uma intervenção direta no terreno? Quem faz essa intervenção nesses terrenos que não estão limpos? Com que meios contam os municípios para fiscalizar e acompanhar essas ações de limpeza? Os municípios dispõem de equipas, viaturas, maquinaria e capacidade técnica para desempenhar essas ações de limpeza? Ou essa responsabilidade fica toda do lado da GNR, sem reforço dos municípios e conhecimento mais fino do terreno?

Por outro lado, num momento em que o risco de incêndio é elevado e em que sabemos que os primeiros minutos são decisivos, queremos saber se os municípios, em particular os do centro do País, vão ou não contar com o apoio excecional do dispositivo de combate a incêndios. Estão a contar com o pré-posicionamento de meios em função da perigosidade e da previsível evolução meteorológica?

Sabemos que o combate inicial é a chave para o sucesso de uma operação e para aumentar a capacidade de uma primeira intervenção. Se reconhecemos todos que a região Centro será a mais exposta ao risco este ano, então, importa perceber que ajustes na alocação de meios serão feitos e sob que critérios serão distribuídos no terreno.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para mais um pedido de esclarecimento ao Governo, dou a palavra à Sr.ª Deputada Eurídice Pereira, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado, recentemente, uma notícia deu conta de que, perante as previsões de um verão potencialmente desafiante, em termos, obviamente, de incêndios rurais, o Governo teria decidido reforçar os mecanismos de prevenção e de combate, atribuindo às Forças Armadas capacidade de intervenção imediata no terreno.

Ora, considerando o disposto na Lei de Bases da Proteção Civil, assim como todas as disposições operacionais que decorrem dos diferentes instrumentos de planeamento operacional, existe, nomeadamente, o princípio, há vários anos consagrado, que determina que as Forças Armadas apenas intervêm em ações de proteção civil após pedido expresso e sempre de forma coordenada.

Importa saber de que forma foi esta iniciativa coordenada com a ANEPC e com a GNR — tendo esta última, aliás, a função de coordenação em matéria de vigilância — e como, na prática, se vai processar em termos de coordenação operacional. Importa ficar absolutamente esclarecido se se poderá colocar um cenário em que as Forças Armadas possam decidir de forma isolada a intervenção, num determinado cenário, podendo, eventualmente, prejudicar a disponibilidade de meios para outras situações, porventura mais complicadas, análise que só a ANEPC, como se sabe, está em condições de fazer e não pode ser relegada para um segundo plano.

Uma segunda pergunta, ainda no domínio da prevenção e da preparação: gostaria de saber, relativamente a parques naturais e áreas de reserva, como está estruturada a monitorização e deteção de incêndios rurais e de que forma é que estão coordenadas as ações de vigilância quanto ao envolvimento da ANEPC, da GNR e, obviamente, dos municípios. Em particular, se faz favor, diga-nos se o Parque Natural da Arrábida já dispõe de sistema de videovigilância.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para o próximo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Pinto, dizer que a onda de calor se deve ao verão tem um paralelo interessante, porque a onda de calor começou a 24 de maio, na primavera. Quando o negacionismo se engana numa estação inteira, é a mesma coisa que ouvir o comandante do navio *Titanic* dizer que o problema do icebergue se deveu ao gelo na bebida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O *Titanic* é o Bloco de Esquerda!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É o que acontece quando se negam os factos científicos, tomam-se decisões erradas, e expõe-se à evidência o ridículo e o facto de o Chega não ter nada para acrescentar a este debate.

As alterações climáticas são uma das principais ameaças à nossa segurança coletiva.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O melhor é fugir já! Vamos para o Polo Norte!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O facto de o Sr. Deputado o desvalorizar, quando, no ano passado, verificámos uma sobretaxa de mortalidade, das mais elevadas da Europa — mais de 1300 cidadãos —, à custa do calor, demonstra que o Chega, nesta matéria, faz parte do problema e não da solução.

Sr. Secretário de Estado, o Parlamento precisa hoje de garantias claras de que temos o dispositivo pronto, de que não há falhas no comando, porque todos os relatórios, em relação ao ano passado, indicam que foi dos mais difíceis. O ano passado foi o segundo ano com mais área ardida, e as críticas ao comando e à falta de meios são variadas — estão nos relatórios da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), estão nos alertas do Presidente da República, estão nos relatórios da agência para os fogos rurais.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado: consegue garantir que os problemas de comando identificados no ano passado estão resolvidos? Temos a certeza de que todos os meios estão disponíveis e estão operacionais? Se for preciso pedir ajuda externa, isso será feito de forma ágil? Temos a certeza? Podemos garantir às populações que, ao contrário do que aconteceu no ano passado, ou no início deste ano, isto não acaba com o Estado a pedir desculpa, porque não conseguiu proteger as suas populações, quando tem a obrigação de o fazer?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, para responder a estes três pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, permitam-me que, por não ter tido oportunidade, tente ganhar tempo para responder às questões anteriores do Deputado Mário Amorim Lopes. Está comigo o Sr. Secretário de Estado Rui Ladeira, que, no final desta ronda, sobre as questões da gestão da floresta, poderá também dar mais alguns esclarecimentos.

Sim, Sr. Deputado, é verdade, temos muito material lenhoso, o que é uma preocupação, por isso, foram constituídas as tais AIGP (Áreas Integradas de Gestão da Paisagem) pelos 26 municípios que já estão a trabalhos, para além daquela que foi também uma adesão significativa dos proprietários individuais na plataforma do ICNF, onde cerca de 7000, inicialmente, submeteram a sua intenção de limpar os terrenos.

Deputada Paula Santos, de facto, aquilo que queremos sempre é que todos os operacionais tenham as melhores condições para efetuar o seu trabalho. Agora, temos de ver, também, as condições em que ele se tem de desenvolver, porque não as podemos modificar. O que pretendemos, e este tem sido um dos meus mais reiterados e vincados pedidos a todos, é que — e hoje, felizmente, temos isso — todos os operacionais possam fazer os seus períodos de descanso em condições. Hoje não há razão, salvo uma ou outra exceção, para que não o possam fazer, porque precisamos, infelizmente, muitas vezes, que os operacionais estejam novamente na plenitude das suas capacidades para continuar o combate. Portanto, é tanto isso como a segurança das suas vidas que é o mais relevante.

Relativamente aos meios e à prontidão, sim, os meios são aqueles que anunciei, e a prontidão vai sendo determinada em função das condições. Nestes dias, está em cima da mesa — já para amanhã ou para depois, para o fim de semana — que o estado de prontidão especial determinado pela ANEPC vá elevar para o nível 3. Isso também determina um nível de empenhamento diferenciado de todos os operacionais, em concertação com tudo aquilo que é a linha de comandamento. No que diz respeito à logística, também está bem explícito de quem é a sua responsabilidade e como é que ela deve funcionar.

Como é evidente, aquilo que queremos é continuar a manter esta elevada taxa de sucesso no ataque inicial, na medida em que temos 93 %, 94 % de ataque inicial, por isso, é muito importante continuarmos, nos primeiros 90 minutos, a ter esta capacidade de debelar as ignições e não haver teatros de operações com muita complexidade.

Quanto à questão de terrenos que não sejam limpos, isso está determinado no Decreto-Lei n.º 82/2021, que determina quais são as responsabilidades dos municípios. Por isso é que não foi prorrogado este prazo da limpeza, para que, a partir de agora, tudo possa seguir aquilo que está devidamente estipulado nesse decreto-lei.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Entramos na última série de pedidos de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS, que tem 2 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, queria colocar-lhe questões que têm a ver com a organização do dispositivo, com a organização das várias componentes, porque sabemos que uma das questões essenciais é conseguir pôr toda a gente à mesma mesa e a trabalhar em conjunto. Nesse sentido, o Comando Integrado de Prevenção e Operações é essencial e foi uma medida muito bem tomada por este Governo.

Portanto, queria-lhe colocar questões concretas que, muitas vezes, noutros anos, foram mais problemáticas e que, no âmbito do CIPO, podem funcionar melhor.

A primeira questão é sobre pré-posicionamentos e mobilização preventiva de meios. Os pré-posicionamentos relativamente ao combate e ao patrulhamento da GNR são ambos no âmbito do Ministério da Administração Interna, mas são relevantes. Por exemplo, no âmbito do Protocolo FAUNUS, como é que isso poderá casar também com o ICNF e as Forças Armadas, no sentido de termos, como tantas vezes é reclamado, uma ocupação do território que nos permita…

É que não basta vir aqui dizer que a temperatura é mais alta. Temos de considerar muitos outros fatores: a questão da humidade, a questão das noites e a questão de áreas especialmente sensíveis. E é importante conseguirmos ter patrulhamento em áreas especialmente sensíveis, quando sabemos que, estranhamente ou não, muitas das ignições nestes momentos mais críticos acontecem durante a noite.

Portanto, pergunto como conseguimos permitir, quer através de patrulhamento da GNR, quer através de patrulhamento e de exercícios militares, uma ocupação da área florestal e, por outro lado, também um controlo de estradas em zonas críticas que permitam evitar este tipo de ignições noturnas, que, obviamente, depois, acabam por ser muito mais difíceis de controlar, porque não permitem, desde logo, um ataque inicial com meios aéreos, que é essencial para o controlo deste tipo de ignições.

Era esta a pergunta que eu queria fazer.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento ao Governo, agora, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado, tendo em conta a enorme carga de combustível existente na nossa floresta, receamos ter pela frente um ano difícil, sobretudo para quem, no terreno, irá ter a missão de derrotar este inimigo que tem tanto de letal como de imprevisível.

Sabemos que os incêndios não se vencem somente no combate; vencem-se na prevenção, no planeamento e na luta a todos os interesses, alguns corporativos, que sobrevivem na dependência dessa catástrofe. Teima o Governo em ceder a essas corporações e, num complexo de esquerda,…

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Vozes do CH: — Chiu! Está calado!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — … em não fazer uso, na sua máxima capacidade, de uma instituição que põe a pátria primeiro e por ela jura dar a vida: as Forças Armadas.

Este ano, em boa hora, a Força Aérea estará equipada com meios de combate a incêndios. Contudo, agarrados a preceitos anacrónicos da utilização das Forças Armadas somente contra ameaças externas, o Estado aliena voluntariamente parte de uma das suas capacidades fundamentais. A unidade de comando, a unidade de doutrina e o processo de decisão militar conferem às Forças Armadas uma mais-valia que não é aproveitada convenientemente pelo Governo.

Sr. Secretário de Estado, irá o Governo, após coordenação com os chefes militares e restantes entidades, ter a coragem de incluir, de forma mais efetiva, as Forças Armadas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, sobretudo nas fases de planeamento, prevenção e pós-evento? Terá a coragem de ir contra a cultura de quintinha que teima em prevalecer? Sr. Secretário de Estado, nós, no partido Chega, receamos que não.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder a estas duas últimas perguntas, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caro Deputado João Almeida, como bem sabe, pelas funções que também já exerceu nesta área, sim, todos os anos temos essa preocupação de organizar e melhorar o dispositivo, e aquilo que aconteceu no Comando Integrado de Prevenção e Operações, de facto, foi inédito, como disse há pouco, no sentido de, habitualmente… E, Sr. Deputado Nuno de Simões de Melo, do Chega, nós já fazemos isso, já fazemos essa interação. No Centro de Coordenação Operacional Nacional, há um oficial de ligação das Forças Armadas em permanência, que participa e contribui com as suas opiniões para a construção das diretivas operacionais.

Portanto, Sr. Deputado João Almeida, sim, este comando integrado permitiu pela primeira vez que, em antecipação e em planeamento — não apenas em reação ao combate —, pudesse haver esta interação interministerial, entre estas três tutelas, e dessa forma pudemos fazer e agilizar um conjunto de procedimentos. Eu e o meu colega Rui Ladeira visitamos regularmente, todas as semanas, aquela estrutura operacional. Tem sido excecional a forma como se tem desenvolvido essa interação para resolver todos estes problemas, sobretudo naquela região.

Sim, Sr. Deputado João Almeida, quero dizer-lhe que é, aliás, uma das minhas grandes batalhas, que tem a ver com o pré-posicionamento e a mobilização preventiva, que já está a ser feita ou que vai ser feita por estes dias.

Mas mais: nós queremos muito — estamos a fazer isso dentro do Governo, também com o meu colega Secretário de Estado da Digitalização — também começar a aproveitar a inteligência artificial para fazer, de forma quase automática, com as correções que se imponham, esta questão do pré-posicionamento sobre a antecipação de determinadas condições meteorológicas que nós possamos vir a ter. Portanto, está a ser feito e ainda por estes dias vai ser feito, quer do ponto de vista dos meios terrestres, quer também do ponto de vista dos meios aéreos, como ainda o foi recentemente na base aérea de Monte Real. Sabemos de quem é a responsabilidade da coordenação dos meios aéreos: a Força Aérea tem a responsabilidade da contratualização; a sua operacionalidade, de acordo também com aquilo que é o SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro) é da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Portanto, aquilo que aconteceu na outra semana foi numa situação de clara emergência, onde chegou a estar equacionado, face às expectativas, designadamente da AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais), de dias críticos e até de podermos decretar uma situação de alerta, que felizmente não se veio a verificar. Foi um dispositivo que ficou sediado em Monte Real. Sr.ª Deputada, de facto, agradeço a referência à videovigilância porque, e se calhar as Sr.as e os Srs. Deputados não sabem, Portugal é um dos países que tem hoje maior taxa de cobertura diária com videovigilância. Nós temos cerca de 45 % do nosso País, já hoje, com um sistema de videovigilância florestal muito da responsabilidade dos municípios, das comunidades

intermunicipais, cujas despesas de manutenção, neste momento, correm pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

E, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, sim, também ouvi aquilo que referenciou, nas tais 20 visitas que fiz por todos os concelhos, e é por isso que estamos a capacitar, também com estas ações de formação…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.
Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É hoje que eu bato palmas ao Filipe Sousa!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Discutimos hoje a época de incêndios, mas não podemos fazê-lo como se estivéssemos perante uma rotina administrativa do calendário nacional. Este ano, o País entrou no verão com uma ameaça acrescida, o chamado «comboio de tempestades» deixou marcas profundas no território, árvores caídas, caminhos obstruídos, acessos condicionados, solos feridos e toneladas de material vegetal acumulado à espera de calor, de vento e de uma qualquer ignição.

Perante isto, a pergunta, o que se impõe é muito simples: estará o País verdadeiramente preparado perante estas calamidades e as evidentes alterações climáticas? O Governo apresenta, e bem, números: mais operacionais, mais veículos, mais meios aéreos, mais equipas. Registamos, com satisfação, esses números. Mas a proteção civil não se mede apenas com anúncios, nem se resolve com gráficos, mapas e declarações de boa vontade. Mede-se nos caminhos florestais que estão ou não limpos, mede-se nas populações isoladas que sabem ou não sabem para onde fugir, mede-se nos bombeiros que têm ou não têm condições para atuar e mede-se nas autarquias que têm ou não têm meios para responder e mede-se também nos territórios que foram atingidos pelas tempestades e que continuam, meses depois, à espera de intervenção eficaz. Porque quando o fogo chega, não espera por despachos. Quando o fogo entra pela serra, não espera por relatórios. E quando o fogo ameaça casas, vilas e aldeias, não há tempo para desculpas.

Não podemos aceitar que se continue a encarar a prevenção como quem reage à estratégia no dia seguinte. Portugal já conheceu demasiadas vezes o peso do luto, da destruição e da impotência. Já chorámos demasiadas vidas, já vimos demasiadas populações abandonadas depois de as câmaras se desligarem. Por isso, as questões que se colocam são as seguintes: que levantamento concreto foi feito nas zonas afetadas pelas tempestades? Quantos quilómetros de caminhos foram ou continuam por desobstruir? Quantas faixas de gestão de combustível estão por executar? Que meios adicionais foram garantidos às autarquias e aos bombeiros dessas zonas? E que resposta está preparada para as populações envelhecidas, isoladas e particularmente vulneráveis?

É preciso dizer com clareza, a responsabilidade não pode ser empurrada apenas para os proprietários, para os municípios ou para os bombeiros. O Estado tem de estar sempre presente, antes, durante e depois. Antes, prevenindo; durante, combatendo com eficácia; e depois, apoiando quem perdeu tudo. E apoiar, não é anunciar linhas de ajuda que chegam tarde, mal e com burocracia. Apoiar, é estar ao lado das pessoas quando elas mais necessitam. Por isso o País precisa de prontidão real, porque prevenir é salvar vidas e salvar vidas deve ser sempre a primeira obrigação de qualquer Governo.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Rijo, do Partido Socialista.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil: O Partido Socialista deseja que a gestão da próxima época de incêndios, corra bem ao Governo, e se correr bem ao Governo, corre bem ao País e isso é o que verdadeiramente importa.

Mas, Sr. Secretário de Estado, a prevenção é meio caminho andado para o melhor combate aos incêndios.

Este ano sabemos que a prevenção foi executada num contexto particularmente difícil, por força do comboio de tempestades de janeiro e fevereiro. Segundo números do próprio Governo, apenas 30 % da área prevista como prioritária a limpar de floresta na região Centro foi intervencionada, o que significa que a preocupação é grande quanto à acumulação de matéria combustível que potenciará a possível violência dos incêndios.

O DECIR, Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, apenas contempla um acréscimo de dois meios aéreos, sendo que, segundo julgamos saber, ainda estão a ser adaptados; e mais 120 operacionais. A nós parece-nos claramente que este acréscimo não é suficiente para os desafios que a situação exigente no terreno recomendaria.

Sr. Secretário de Estado, era importante que o Governo pudesse garantir hoje ao País se o DECIR 2026 é suficiente para acautelar uma resposta eficaz no combate aos incêndios.

Sr. Secretário de Estado, V. Exª, numa entrevista em maio à TSF (TSF Rádio Notícias), anunciou duas medidas para melhorar o dispositivo, que já hoje reiterou. A primeira, o reforço dos chamados grupos de ataque ampliado, que passariam de um para quatro, num total de 160 operacionais; a segunda, o reforço da aplicação de retardante, que existia apenas em Santarém e que passaria a estar disponível também em Vila Real, Viseu, Proença-a-Nova e Sernache. Aquilo que era importante garantir ao País hoje, da parte do Governo, é se quase dois meses depois destes anúncios estas medidas estão já em funcionamento e isso não foi percetível na sua intervenção inicial.

Sr. Secretário de Estado, uma das questões que sentimos que correu pior no combate aos incêndios do ano anterior foi a pouca proatividade do Governo e a falta de liderança política.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eh!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Recordo que o maior incêndio de sempre registado em Portugal, em área ardida, foi o de Piódão, em 2025, mas aguardemos pelo relatório da CTI (Comissão Técnica Independente) em curso.

Mas, Sr. Secretário de Estado, Portugal faz parte do RescEU, Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia. Em função da antecedência com que recebemos os dados meteorológicos é inconcebível para nós que o Governo não acione este mecanismo. Por exemplo, em 2022, o Governo na altura abriu uma emergência de pré-posicionamento de uma parelha de quatro *Canadair* em função das previsões.

A questão que se impõe ao País e que o País precisa de perceber é se, finalmente, o Governo já percebeu que há um mecanismo europeu de proteção civil e que pode ser acionado previamente em função dos dados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Maria José Aguiar, do Chega.

Faça favor.

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Rijo, ouvimos agora o Partido Socialista exigir explicações ao Governo sobre a preparação da época dos incêndios. Mas permita-me perguntar-lhe, Sr. Deputado: com que autoridade política vem hoje o Partido Socialista pedir contas e dar lições,…

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Toda! Toda!

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — … quando foi precisamente durante os vossos governos que Portugal viveu as maiores tragédias da sua história recente, em Pedrógão, nos incêndios de outubro de 2017?

Protestos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Foi o próprio Primeiro-Ministro de então, António Costa, que reconheceu falhas graves nas comunicações, na coordenação, na prevenção. Ora, então, tenho de perguntar, Sr. Deputado, se houve falhas do Estado, quem governava, afinal, o Estado?

Depois disso, o PS prometeu que nada ficaria como antes, mas entre 2017 e 2024 foram investidos milhares de milhões de euros na prevenção e no combate aos incêndios. E, apesar desse investimento, continuamos a assistir a anos com elevadíssimas áreas ardidas: em 2022, arderam 110 000 ha, Portugal foi o país com a terceira maior área ardida na Europa, tanto mais que a OCDE continua a identificar falhas estruturais na gestão de combustíveis, na coordenação do sistema.

Mas há uma coisa que os portugueses já perceberam, Sr. Deputado: todos os verões mudam, mas os discursos, nem sempre, mas quem nunca nos falha são os bombeiros, são sempre eles que dão tudo, muitas vezes arriscando a própria vida para compensar aquilo que a política não fez durante o resto do ano.

Aplausos do CH.

Mas há ainda um facto que não podem ignorar: foi o Chega que requereu a Comissão Parlamentar de Inquérito aos Negócios dos Incêndios Rurais, precisamente para apurar responsabilidades sobre um sistema que durante anos funcionou sob governos socialistas.

Por isso, a última pergunta que lhe deixo é mesmo muito simples: o Partido Socialista vai continuar a comportar-se como acusador, esquecendo que foi durante anos o principal responsável pelas políticas que hoje critica,…

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Quem? Nós?!

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — … ou está finalmente disposto a assumir as suas responsabilidades políticas e aceitar, sem reservas, as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — … mesmo que elas revelem falhas graves no Governo do PS?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Rijo tem a palavra, para responder. Faça favor.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É só pedir desculpa, não precisa de dizer mais nada!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, nós podemos sempre eternizar a discussão sobre a herança socialista e eu estou à vontade nesse debate, mesmo em matéria de incêndios. Sabe porquê, Sr.ª Deputada? É que este Parlamento teve uma Comissão Técnica Independente na sequência desses incêndios que referiu, de Pedrógão, e foi profundamente alterada a legislação, e foi com o Governo do Partido Socialista que finalmente começámos a alterar o binómio…

Aplausos do PS.

… que existia, investindo mais na prevenção e menos no combate, ou seja, é este caminho que é preciso continuar a fazer.

Nunca dissemos que os problemas estão todos resolvidos. O que nós nunca podemos imputar ao Chega é qualquer tipo de responsabilidade, porque o Chega é sempre o partido irresponsável,…

Aplausos do PS.

Vozes do CH: — Oh! Menos, menos!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — A irresponsabilidade são os maços de notas nas estantes!

O Sr. **André Rijo** (PS): — … porque nunca fez nada, porque só critica, porque não sabe sequer o que é que há para fazer.

Eu bem sei que os portugueses já começam a sentir saudades do Governo do Partido Socialista,…

Risos do CH.

… mas o que nós estamos a questionar é o Governo que está em funções, sobre o DECIR de 2026. E é o Governo que tem de responder, não é a bancada do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do CH Maria José Aguiar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Queiroga, mas antes, o Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço desculpa, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): —Apenas para fazer distribuir ao Sr. Deputado André Rijo…

O Sr. **Presidente**: — À Mesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — À Mesa. Mas para que a Mesa distribua ao Sr. Deputado André Rijo todas as propostas que o Chega tem feito em relação aos incêndios florestais, em relação aos bombeiros, todas chumbadas pelo Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — Está bem! Está bem! O Sr. Deputado, fará chegar as respetivas propostas e serão distribuídas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Lições do Partido Socialista não vão acontecer!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fernando Queiroga, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Também tens caixas de vinho?

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Antes de mais, agradeço a presença do Governo nesta Assembleia para prestar contas sobre a preparação da época de incêndios rurais e sobre o estado dos trabalhos após o comboio de tempestades que atravessou o País. É fundamental que esta Assembleia compreenda o que foi feito, o que falta fazer e que visão estratégica está a ser construída para proteger o território.

Começo pela preparação da época de fogos rurais. O País vive hoje condições meteorológicas cada vez mais adversas, com episódios extremos, mais frequentes e mais intensos. Por isso, a prevenção não pode

continuar a ser entendida como uma mera limpeza mecânica feita nas vésperas da época crítica. Essa abordagem, naturalmente, é insuficiente, cara e incapaz de gerar resiliência duradoura. Precisamos de políticas estruturais continuadas e integradas.

Por isso, Sr. Secretário de Estado das Florestas, que balanço faz da execução do programa Floresta Ativa, enquanto instrumento de apoio direto aos proprietários e incentivo à gestão florestal?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Este programa foi apresentado como uma mudança de paradigma, mas o País precisa de saber quantos hectares foram intervencionados, quantos proprietários foram apoiados e que resultados concretos já são visíveis no território.

Sabemos que o minifúndio e a extrema fragmentação da propriedade rústica são dos maiores bloqueios à gestão florestal eficaz e à prevenção de incêndios no nosso País. Que balanço nos pode fazer no apoio direto aos proprietários enquanto ferramenta de incentivo à gestão florestal?

No âmbito do comboio de tempestades, importa também esclarecer: que áreas foram intervencionadas? Que infraestruturas foram reparadas ou repostas? Que trabalhos de limpeza, remoção de material lenhoso e estabilização de taludes foram concluídos e, sobretudo, qual o estado atual dessas operações?

Mas a questão central é esta: como está o Governo a reduzir a carga de combustível no território? Porque sem redução não há prevenção eficaz. A gestão de combustível deve ser um pilar estratégico da resiliência nacional, e isso, naturalmente, exige novas abordagens capazes de gerar valor económico no mundo rural, promover a coesão territorial e criar paisagens mais diversas e menos inflamáveis.

Naturalmente que há muito que se vem falando que é preciso apostar mais na prevenção e menos no combate e é isso que este Governo tem feito: cerca de 60 para a prevenção e 40 para o combate.

Nas audições da comissão parlamentar de inquérito tem sido unânime esta diretriz e o Governo tem feito isso, pelo que questiono o Sr. Secretário de Estado se é para continuar esta aposta.

Por isso, também questiono: que modelos de gestão ativa estão a ser promovidos? Que incentivos estão a ser criados para atrair investimento, atividade económica e emprego para o interior? Que papel está a ser dado ao pastoreio extensivo, à silvicultura de ciclo longo, aos sistemas agroflorestais e à valorização da biomassa?

Finalmente, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário de Estado quais os indicadores de execução da rede primária de faixas de gestão de combustível e dos mosaicos de gestão nos últimos dois anos. Quantos quilómetros foram executados? Qual a taxa de cumprimento face ao planeado? Ou, melhor, que constrangimentos foram identificados e como estão a ser planeados?

Sr. Secretário de Estado, o País não pode continuar a viver entre a tragédia anunciada e a resposta improvisada. A prevenção exige continuidade, investimento, ciência, gestão ativa e uma visão integrada do território.

Por isso, aguardamos deste Governo resultados, indicadores e, sobretudo, uma estratégia clara para construir territórios verdadeiramente resilientes.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para intervir, o Sr. Secretário de Estado das Florestas.

O Sr. **Secretário de Estado das Florestas** (Rui Ladeira): — Sr. Presidente, Caros Colegas de Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Procurando responder aos Srs. Deputados naquilo que tem a ver com a dimensão, a estratégia, o planeamento, a organização e a ação acerca da prevenção, quero dizer-vos, e esta Casa sabe, quem tomou a última decisão sobre a estratégia do País para a atuação na floresta.

Foi aprovado aqui o Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050, para 25 anos, o plano Floresta 2050, para garantir que atuávamos em várias frentes: na valorização, na criação de valor, medidas simplificadas, desburocratizadas, mas, ao mesmo tempo, na resiliência, naquilo que nos preocupa hoje a todos, mas que desde a primeira hora, desde os XXIV e XXV Governos, o Governo teve sempre como peça fundamental garantir a maior resiliência aos portugueses e ao nosso património.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado das Florestas**: — Portanto, as medidas do primeiro pilar assentam na valorização.

Foi perguntado aqui o que é que se fez de apoio ao proprietário, o que foi feito sobre as medidas de simplificação.

No programa Floresta Ativa, numa primeira versão, num primeiro aviso, tivemos 1710 candidaturas, quase 6500 ha, que foram em pouco tempo respondidas com adiantamentos e com ação, com apoio forfetário para cada um poder garantir, pelos seus meios, que pode limpar a sua propriedade, contratando ou não os serviços, garantindo gestão, que é isso que nós queremos, diminuir o risco e gestão do seu arvoredo, do seu espaço, da sua exploração.

Estamos a falar de 4,2 milhões de euros. Mas fizemos mais — e também foi aqui perguntado —: tivemos programas direcionados. Nós fizemos e preparámos programas no âmbito do PEPAC, no âmbito do aproveitamento do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), nomeadamente as OIGP (Operações Integradas de Gestão da Paisagem) — aliás, quando chegámos ao Governo, depois do cumprimento da meta no 3.º trimestre de 2025, havia apenas três meses para executar obra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado das Florestas**: — Estamos a falar de mais 100 000 ha que tinham três meses para executar obra. O que é que fez o Governo? Antecipou a meta para dezembro de 2024, permitindo que em todo o ano de 2025 as 60 entidades gestoras pudessem fazer obra.

Mas também fizemos mais: simplificámos as orientações técnicas, porque o RJAAR (Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização), que era um dos mecanismos essenciais para plantar, para transformar a paisagem, para garantir a resiliência, tinha de ser preparado.

Como sabem, fazer um RJAAR demora meses. Nós criámos esse mecanismo, não violando a lei, no términos daquilo que é o processo de transformação da paisagem.

Nós ganhámos tempo, nós garantimos as condições com as orientações técnicas para todas as entidades, para que pudessem intervir em mais de 100 000 ha no País.

Aplausos do PSD.

Também realocámos 50 milhões de euros, porque todos os intervenientes no território são essenciais, nomeadamente as nossas comunidades intermunicipais, que têm responsabilidades, responsabilidades nos planos sub-regionais, no âmbito Decreto-Lei n.º 82/2021, que institui o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, e que têm de cumprir aquilo que são as faixas de gestão combustíveis e pré-posicionar os equipamentos de que precisamos, neste momento, com equipamento pesado.

Pois bem, entregámos às nossas comunidades, a todos quantos quiseram — porque também houve regiões que não quiseram equipamentos para reforçar o parque de máquinas —, 18 equipamentos pesados, que foram ajudar, por exemplo, na região das tempestades *Kristin*, mas também hoje estão posicionados para ajudar no combate na primeira linha dos incêndios e fazem parte do dispositivo.

Aplausos do PSD.

Estamos num processo de entrega de mais 200 tratores com equipamentos destroçadores e, sobretudo, braços para fazer também o cumprimento das faixas de gestão de combustíveis, proteger as redes viárias, a via estruturante dos estradões florestais e proteger o edificado público.

Portanto, já entregámos 60 equipamentos e estamos em processo de entrega de lotes, durante este mês e o próximo, a todos os municípios portugueses que quiseram esse tipo de equipamento.

Mas também estamos a fazer outras ações, nomeadamente do PEPAC, medidas que estão em aberto de 50 milhões de euros para responder àquilo que é a ação dos empresários e dos investidores.

Portanto, temos uma série de respostas, nomeadamente na região afetada pela tempestade *Kristin*, nomeadamente de 40 milhões de euros de realocação em PRR. Para fazer o quê? Garantir que os proprietários, e temos mais de 15 000 pedidos, possam fazer, por seus meios, dando 1000 a 1500 € de apoio, ficando também com a madeira daquilo que é o seu património.

Mas se não intervirem, vão ser os municípios a ter condições financeiras para remover tudo aquilo que está na interface e é mais gravoso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP,

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado tem seis pedidos de esclarecimento, aos quais responderá em conjunto, segundo informação chegada à Mesa.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado das Florestas, como o PCP tem comprovado em várias visitas ao terreno, as zonas atingidas pelas tempestades, a velocidade e o volume da desobstrução de caminhos e da remoção do material lenhoso estão longe do prometido pelo Governo e do que é necessário.

É preciso recordar que as tempestades de janeiro e fevereiro vieram agravar o quadro deixado pelos incêndios de 2017 na Mata de Leiria. Está à vista que o volume de biomassa disponível para novos incêndios é enormíssimo e pode exponenciar a severidade dos incêndios.

O ICNF terminaria hoje apenas a primeira fase de remoção de material lenhoso no perímetro das zonas habitadas da Mata Nacional de Leiria, mas falta muito mais: falta intervir nos povoamentos florestais.

Ora, pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado: o que é que está a ser feito para acelerar — e é mesmo necessário acelerar — as operações, quer nos terrenos públicos, quer nos terrenos privados?

Além da Mata de Leiria, o que é que está a ser feito noutras zonas desse distrito, mas também em Coimbra, Santarém e Castelo Branco? Como está a ser feita a intervenção em terrenos privados, sobretudo naqueles cujos proprietários não têm nem dinheiro, nem apoios do Estado, nem receberam, aliás, quaisquer verbas relativas às candidaturas que apresentaram, inclusivamente para a aquisição de máquinas?

E o ICNF, Sr. Secretário de Estado, o que é que fez nos terrenos privados? Que tipo de intervenções vão ser feitas no período crítico? E que planos para reflorestação e ordenamento estão feitos e estão em execução?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Catarina Louro.

A Sr.ª **Catarina Louro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr. Secretário de Estado das Florestas, ainda bem que falou no apoio aos proprietários, porque era precisamente esse tema que eu queria acrescentar ao debate.

Há cinco meses, o Governo disse às famílias afetadas pela tempestade *Kristin* que o acesso aos apoios para recuperar as suas habitações seria simples: bastava tirar uma fotografia. Afinal, não bastava! Vieram as certidões, as provas de propriedade, as validações, as sucessivas alterações dos formulários e toda a burocracia que atrasou os apoios e, entretanto, a solução foi passar a responsabilidade para as autarquias.

Agora, assistimos exatamente ao mesmo filme: o Governo anuncia um apoio para limpeza dos terrenos privados nas zonas afetadas pela tempestade *Kristin* e basta uma fotografia.

A verdade é que — e nós sabemo-lo — é preciso identificar o proprietário, confirmar a titularidade, confrontações, validar áreas, verificar o estado antes e depois da intervenção e resolver as situações em que, muitas vezes, nem sequer existe o cadastro atualizado.

Parece uma gestão, de facto, desastrosa do território e, especialmente, das expectativas das populações, pelo que receamos, mais uma vez, que o plano seja responsabilizar as autarquias.

Mas há um problema ainda mais grave, como já disseram e muito bem, são milhões de árvores caídas ou severamente danificadas, aumentando de forma muito significativa a carga combustível e o risco de incêndio, e eu não faço visitas ao território; eu testemunho diariamente o que estou a dizer.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Catarina Louro** (PS): — A procura por limpezas disparou e o mercado não consegue responder: não existem empresas, não existem madeireiros, não existe mão de obra e não existe maquinaria suficiente para executar todos os trabalhos.

Aplausos do PS.

E quem diz o contrário não fala com as pessoas, não fala com as autarquias e não fala sequer com as comunidades intermunicipais.

O Sr. Secretário de Estado disse que o Governo disponibilizou maquinaria, muito bem, as Forças Armadas, a Proteção Civil, o ICNF e as autarquias, mas isso não é de todo suficiente. Se diz que é suficiente é porque não percebe a gravidade do problema.

Pergunto: o que é que vai acontecer às centenas de proprietários…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, volto àquilo que foi o meu ponto inicial quando apresentámos este agendamento que diz respeito à especificidade da floresta portuguesa, porque ela, à escala europeia, é, de muito longe, aquela onde há uma menor percentagem pública e isso é, evidentemente, problemático, porque na outra percentagem temos uma parte de baldios, alguns em cogestão, mas no grosso são proprietários privados individuais, muitas vezes não agregados, muitas vezes até sem sequer saberem que são os seus proprietários.

Nós sabemos bem destas dificuldades de raiz e também sabemos bem das especificidades deste setor, e por isso nos opusemos, na altura, à passagem da pasta das Florestas do Ministério do Ambiente para o Ministério da Agricultura. Por isso, preocupa-nos uma notícia, que tem estado a ser mais ou menos discutida, mais ou menos evitada, mais ou menos negada, que se prende com a eventual fusão do ICNF com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Isto quando são duas entidades com funções completamente diferentes e quando aquilo que nos é dito por parte dos técnicos do ICNF é que eles precisam de mais meios técnicos e precisam de mais meios humanos.

Estamos a ter este debate e parece-me que, até agora, ainda ninguém negou a necessidade destes meios acrescidos, meios que estão no terreno, todo o ano — sejam os sapadores florestais, sejam outros técnicos —, para assegurar a limpeza; para assegurar que depois de haver um incêndio a reabilitação de área ardida se faz como deve ser, apostando em mosaicos florestais; enfim, para fazer todo aquele trabalho, e o Sr. Secretário de Estado sabe-o tão bem quanto eu, que o ICNF já faz.

Portanto, a minha pergunta aqui é muito simples e muito direta: esta fusão entre o ICNF e a APA é algo que está em cima da mesa do Governo e é para avançar? Sim ou não? Se a resposta for «não», pergunto como pretende então o Governo, e o Sr. Secretário de Estado, dar ao ICNF os meios para que possa fazer aquilo que deve fazer ao nível da prevenção, ao nível da limpeza dos terrenos, ao nível do contacto de proximidade com as populações — algo que é muitas vezes esquecido e que é determinante no trabalho do ICNF.

Achamos que esta fusão seria um erro tremendo e um retrocesso muito grande na gestão das nossas florestas e na proteção contra os fogos florestais.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes, do Chega.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, hoje, cinco meses depois das tempestades, é chegada a hora de, efetivamente, responsabilizar este Governo pela incapacidade, pela incompetência. E isto porque, em época de incêndios, o que é que temos, Sr. Secretário de Estado? Tivemos, na semana passada, o Sr. Presidente do IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), a dizer que não faz parte da Proteção Civil, a dizer que não são agentes de proteção civil! Foi dito na Comissão Parlamentar de Inquérito aos Negócios dos Incêndios Rurais, está gravado — e esta Comissão foi requerida por quem se preocupa, pelo Chega.

Pasme-se! O cidadão comum e, se calhar, a maior parte dos Deputados não sabiam que o Sr. Presidente do IPMA ia dizer que não faziam parte da Proteção Civil.

O que é certo é que terminou ontem o prazo de execução de cerca de 68 milhões de euros — repito, 68 milhões de euros! — de investimento do PRR para mais resiliência nos radares de prevenção de risco de incêndio e atividade atmosférica.

Onde é que está a capacidade? Onde é que está o dinheiro do PRR que foi investido — 68 milhões! — para nos prevenir, com os radares, de tempestades com ventos superiores a 200 km/h?

O IPMA, ou a Proteção Civil, só nos deu o alerta uma hora antes! O Sr. Presidente da Câmara de Leiria disse, há dois dias, que foi às 2 horas da manhã, quando estava na cama, que recebeu o alerta de que passava a aviso vermelho.

Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, como homens do distrito de Leiria, onde é que está o apoio aos bombeiros do quartel de Pedrógão Grande?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Há cinco meses que o visitaram — visitaram! — e o seguro só pagou um terço do capital.

Onde é que está o quartel da GNR de Leiria? Parece que os contentores chegaram há dois dias, e eu é que recebo mensagens a dizer «obrigado, Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes».

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Gaba-te, cesta!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Onde é que está esse real apoio do Governo de Portugal?

Aplausos do CH.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Gaba-te, cesta, que amanhã vais à vindima!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado das Florestas, há pouco, fiz algumas questões ao seu colega de Governo, o Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, que, tecnicamente, respondeu; só não respondeu às minhas questões, que era o que estava em causa.

Tenho a certeza absoluta de que o Sr. Secretário de Estado das Florestas será capaz de responder, pelo que volto a formulá-las.

Em primeiro lugar, pergunto se é ou não é verdade que houve muitos produtores de madeira que se disponibilizaram a ajudar o Governo a limpar as matas, a limpar os terrenos, e que não obtiveram resposta — já agora, contrariando aquilo que a Sr.ª Deputada Catarina Louro disse sobre não haver recursos. Pelos vistos, havia mais recursos, o Governo é que não respondeu.

É ou não é verdade? Ou estes produtores de madeira, pura e simplesmente, mentiram?

Pergunto-lhe também se é verdade que as empresas que concorreram ao PEPAC para comprar maquinaria pesada para a limpeza de terrenos estão à espera desde fevereiro. Ora, assim, de facto, é difícil limpar os terrenos!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Hernâni Dias, do PSD.

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado, queria abordar aqui um tema que normalmente não é colocado, mas que preocupa imenso os profissionais do setor florestal, e que tem a ver com o período de realização dos trabalhos de utilização da maquinaria pesada, nomeadamente agrícola e florestal, durante o período de maior perigo de incêndio florestal.

Sabemos que este tipo de equipamentos requer especiais cuidados no seu manuseamento, até porque pode significar também um acréscimo no risco de deflagração de incêndios. No entanto, também é evidente que a imposição de restrições generalizadas, ou até demasiadamente restritivas, pode ter um impacto direto na produção destes operadores — nomeadamente na atividade económica — e até, eventualmente, impedir trabalhos de gestão florestal.

Pergunto-lhe, por isso, de forma muito concreta, que soluções tem o Governo para implementar para compatibilizar a necessária proteção da floresta com a atividade económica deste setor, garantindo simultaneamente a proteção da segurança de todos os trabalhadores.

Em particular, que medidas estão previstas para a região Centro, uma vez que ainda ali se acumulam toneladas e toneladas — milhares e milhares de toneladas — de madeira por limpar, por retirar, e a interrupção continuada dos trabalhos pode impedir que essa madeira seja retirada e também prejudicar a atividade económica destes operadores?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado das Florestas dispõe de 3 minutos para responder, faça favor.

O Sr. **Secretário de Estado das Florestas**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós privilegiámos a região impactada pela *Kristin*, mas, como todos compreendem — e o Governo sempre foi claro com todos vós e com o País —, com 32 000 ha de área impactada na floresta, é impossível, em tempo útil, fazer aquilo que todos gostaríamos: remover e valorizar a madeira, levando-a para o fim que queremos, que é a indústria transformadora, com um pagamento que fosse conveniente aos proprietários.

Sr.ª Deputada Catarina Louro, não basta uma fotografia. Estamos a falar de dinheiro público, que tem de ser convenientemente entregue a quem, de facto, teve o impacto.

Mais de 25 % da área impactada e destruída tem, como dissemos desde a primeira hora, o privilégio de as pessoas poderem ter esse apoio, esse incentivo, retirando a sua madeira; mas garantindo-se que isso é verdade, relativamente aos 15 000 processos que foram comunicados na plataforma do ICNF. E é isso que o ICNF, com os gabinetes técnicos florestais e os municípios, vai fazer e está a fazer, para que os recursos sejam devidamente entregues — com o BUPi (Balcão Único do Prédio), com a fotografia, com a declaração de não-dívida à Segurança Social e às Finanças,…

A Sr.ª **Catarina Louro** (PS): — Ah! Não é o que o Governo diz!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Secretário de Estado das Florestas**: — … para garantir que o dinheiro é devidamente entregue.

Quero ainda dizer-vos que, no âmbito da tempestade *Kristin*, fizemos uma estratégia — aprovámos aqui a Lei n.º 9-C/2026, como bem sabem — para garantir que, nas zonas prioritárias de interface, nomeadamente de proximidade aos aglomerados populacionais, as madeiras fossem devidamente removidas, havendo mecanismos de entrada na propriedade privada de quem não limpasse. Pois bem, é isso que está a acontecer.

É isso que está a acontecer, através de prestadores de serviços. Os municípios, com os responsáveis de máximos de proteção civil e em conjunto com o Governo, estão a fazer esse processo para retirar a madeira, para garantir que a madeira tombada possa ser devidamente removida.

E quando aqui é dito que o Governo não foi competente… O Governo, através do CIPO e desta estratégia — que nunca existiu no País — integrada com as várias áreas governativas, com os nossos organismos, em pouco tempo, desobstrui, corta, remove 18 000 km de caminhos florestais. Não há memória! Peço desculpa, não há memória de tal no País! — para garantir acessibilidades quando há uma ignição; para garantir que a madeira é removida, para retirar a madeira e fazer a remoção daquilo que é necessário.

Portanto, são questões fundamentais.

Colocámos, como referi, 40 milhões de euros nos interlocutores locais, os municípios, para garantir tudo o que é necessário, nomeadamente para constituir parques ou para garantir que despesas que já aconteceram desde 28 de janeiro possam ser compensadas.

Termino dizendo que, em relação ao ICNF, foram dadas orientações — e assumo esta medida com o Sr. Ministro da Agricultura —, desde a primeira hora, para que os sapadores florestais e todos os recursos do ICNF estivessem à disposição para ajudar as populações, para remover madeira. Estamos a falar de trabalho extraordinário, que vamos agora decidir, na esfera do Governo, no valor de 8 milhões de euros, porque estiveram 350 homens e mulheres, todos os dias, a trabalhar neste processo. Portanto, o ICNF fez um excelente trabalho…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, para uma intervenção.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em junho de 2017, após os incêndios de Pedrógão Grande, escrevi uma frase que me custa ter acertado, «as lágrimas agora derramadas por uns voltarão a escorrer nas faces de outros». Infelizmente, voltaram.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Pessoas que se citam a si próprias!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E não foi só pelo fogo. Àquela gente, o País foi pedindo tudo. Aos que sobreviveram aos incêndios — não só de Pedrógão, mas até à Serra da Estrela —, a tantos que já nem cabem na memória, foi-lhes pedido para aguentar.

Depois, veio a pandemia, foi-lhes pedido para aguentar.

Depois veio o apagão, que nas aldeias durou semanas, bem mais do que durou aqui, onde tudo se decide, e foi-lhes pedido para resistir.

E agora vieram as tempestades, que deixam no chão o combustível do próximo verão, e é-lhes pedido, uma vez mais, para aguentar.

Nove anos depois, eu não preciso de um discurso novo, basta-me reler o que escrevi em 2017. E essa é também uma tragédia, que as palavras de 2017 estejam tão atuais.

Agir antes da desgraça é de elementar bom senso, mas no fogo preparamo-nos sempre tarde demais, só mesmo quando já arde. A prontidão a sério não nasce com o fogo à porta, nasce no território, em devolver vida ao interior, em dar às pessoas uma razão para voltarem à sua terra — porque ardia menos quando havia gente ali a viver.

Aquela gente já aguentou tudo, e as marcas persistem: as materiais, as físicas e as emocionais. Aguentaram e fizeram muito! Por isso, falta ao Estado fazer a sua parte. Falta implementar as propostas de relatórios independentes; falta executar as propostas aprovadas nesta Casa e que ficaram na gaveta; falta uma nova lógica de proteção civil, assente na prevenção e na mitigação do risco; faltam mais capacidades para os municípios, e falta que estes sejam mais rápidos; falta uma política séria de ordenamento do território, não de emergência, mas de permanência; falta devolver ao interior uma razão para ter gente; e falta também que alguém responda pelo que não foi feito, não em discursos, mas em consequências.

Sr.as e Srs. Deputados, em especial, Srs. Membros do Governo, esperemos todos — eu acho que esperamos mesmo todos — que no fim deste verão possamos dizer que, desta vez, correu bem. Esperemos é que não tenha sido apenas por sorte.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O debate já vai avançado, e já conseguimos avançar também em alguns pontos que me parecem ser, mais ou menos, aceites por todos.

Tivemos as nossas jornadas parlamentares na zona Centro, na semana passada, e estivemos junto das entidades profissionais, das pessoas afetadas, reunimos com o ICNF, reunimos com a ZERO — Associação Sistema Terrestre Sustentável, e vimos que, no terreno, há ainda muito por fazer.

Percebo, e dou perfeitamente de barato, a posição do Sr. Secretário de Estado, a posição do Governo, em dizer que foi um cenário completamente excecional e que limpámos mais do que alguma vez tínhamos feito. É evidente, mas isso não diz nada, porque o que aconteceu foi algo em relação ao qual não há qualquer termo de comparação! Os milhões de árvores que caíram constituiu um cenário para o qual nenhum de nós está preparado.

Portanto, estarmos agora a limpar mais do que nos outros anos é bom, mas não é suficiente. Pelo contrário, aquilo que nós vimos no terreno é que há ainda muito por fazer. E vimos também no terreno — vou insistir nisto — a importância do ICNF nas matas públicas, nomeadamente na Mata Nacional de Leiria.

Por isso, Sr. Secretário de Estado — ainda tem algum tempo para responder, pelos vistos —, vou insistir na pergunta: há ou não há planos para fundir o ICNF e a APA? É importante ter esta resposta já hoje, também a bem da transparência que todos nós aqui merecemos.

Aplausos do L.

Depois, a pergunta que vem na sequência daquilo a que o Sr. Secretário de Estado, até de forma alongada, estava a responder e que continua por responder é: afinal, quantos hectares de terrenos é que ainda estão por limpar?

Quantas destas pessoas que pediram ajuda pública — boa, e que eu tive oportunidade de elogiar, na altura… É uma ajuda pública que nos parece importante, embora devesse ser *a priori* e não *a posteriori*, por uma razão muito simples: é que nós, no Livre, tememos que essa ajuda, de 1500 € por hectare, não tenha sido eficaz porque muita gente, muitíssima gente, não tinha os meios financeiros para pagar, à cabeça, a limpeza do seu terreno.

Aquilo que nós defendemos, em muito boa hora, praticamente dias após as tempestades, foi o contrário. Defendemos que o Estado «se chegasse à frente», perdoe-me a expressão, e que depois fosse pedir o pagamento a essas pessoas. Caso contrário, temíamos — e ainda não temos números para confirmar quem, afinal, está certo — que a limpeza não fosse feita à escala que era necessária.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, insisto também nestas perguntas: em que ponto é que está a limpeza? Que métricas é que o Governo está a usar para perceber se os proprietários privados — que, repito, são a enormíssima maioria dos proprietários no nosso país — estão ou não a fazer a limpeza dos seus terrenos, como deviam?

Quero também trazer a debate um relatório que foi apresentado na Assembleia da República, há poucos meses, da insuspeita OCDE, que tinha como título *Rumo a uma Gestão Integrada dos Incêndios Rurais em Portugal*, que analisava os fogos de 2024 e 2025 e concluía, entre outras coisas, falhas de coordenação entre os dirigentes e as forças no terreno, dando ainda conta dos desafios da coordenação entre as diferentes entidades.

Pois bem, nós hoje estamos com sorte, porque temos aqui dois secretários de Estado que têm as responsabilidades destas entidades no terreno. Portanto, pergunto: que conclusões e que análises tiram deste

relatório, que imagino que tenham lido? Como é que veem, então, a coordenação entre as diferentes entidades, a ANEPC, os comandos locais da proteção civil, a Guarda Nacional Republicana, o próprio ICNF e a AGIF?

Como é que viram, também, a entrada da AGIF nesta equação?

O Livre nunca se opôs a uma entidade como a AGIF; pelo contrário, acredita que ela tem de ser mais bem aproveitada. Portanto, pergunto: como é que veem esta coordenação? Como é que veem as críticas da OCDE? E, o mais importante de tudo, o que é que estão a fazer para melhorar esta coordenação?

Nesta sequência, tenho uma pergunta que se prende com as declarações do Sr. Ministro da Administração Interna, de há umas semanas, sobre voltarmos aos comandos distritais de proteção civil, no fundo, recuperando o modelo que estava em vigor até há poucos anos, que passou de comandos distritais para comandos regionais. A minha pergunta é: porquê este suposto regresso? É porque os comandos regionais não funcionaram? Estão a funcionar pior, na opinião do Governo? — também aqui seria importante, pela presença do Sr. Secretário de Estado, dizer-nos se esta reforma vai ou não avançar e, se sim, quais as suas conclusões.

Depois, também a nível da proteção civil, Sr. Secretário de Estado Rui Rocha, queria perguntar sobre as pessoas que estão disponíveis para trabalhar.

O Sr. Presidente da ANEPC dizia, e cito, que «tem 260 profissionais, mas temos de aproximar este número dos 1000». Ora, passar de 260 para 1000 é quadruplicar o número de pessoas. Portanto, gostaria de saber se o Sr. Presidente da ANEPC comunicou estes números ao Governo, em particular ao Sr. Secretário de Estado; e, se comunicou, qual é a análise do Governo? Acha que devemos aproximar-nos dos 1000 ou os atuais 260 profissionais servem a função para a qual estão mandatados?

Por fim, queria voltar à temática das florestas, porque é realmente essencial. Como disse há pouco, nós estamos, no fundo, dependentes de uma política de séculos — não é de anos, não é de décadas, é de séculos —, no nosso País, em que, com uma visão muito produtivista da floresta, se apostou em políticas de monocultura. Primeiro, de pinheiro — pinheiro-manso, pinheiro-bravo —, com tudo o que isso implicou até a nível dos baldios, de perda de baldios, de perda de áreas de pastagem para a agricultura. Uma política muito vigente e muito forte durante os primeiros anos do Estado Novo, com consequências que ainda hoje estamos todos a pagar.

Portanto, a pergunta que quero deixar à Câmara, a todos os grupos parlamentares e ao Governo, prende-se com o que é que nós podemos agora fazer para termos uma floresta muito mais resistente.

Já nem falo de resiliência, porque quem seja da física ou da engenharia dos materiais sabe que resiliência é voltar ao estado natural, e o estado natural da nossa floresta, agora, é mau. Eu não quero voltar a este estado natural, quero uma floresta mais resistente, e essa resistência passa por ter mais biodiversidade, mais espécies autóctones, mais mosaicos florestais — e tudo isso, com a distribuição florestal que temos no nosso País, onde o grosso é privado, tem de ser feito com apoio e com muita coragem pública para tomar medidas que garantam esta biodiversidade florestal no nosso país.

Eu gostaria também de saber que medidas é que o Governo tem em cima da mesa para corrigir este problema, que tem séculos. Não vou acusar o PSD, não vou acusar o PS, não se trata de oito anos, não se trata de 80 anos; trata-se de séculos, mas quanto mais cedo começarmos a mudar a nossa floresta mais cedo estaremos também a servir os nossos concidadãos.

Depois, deixo um dado que ainda não foi aqui trazido: a propriedade média rústica no nosso País está abaixo de 1 ha.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Jorge, já ninguém está a ouvir!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — O Sr. Deputado não está a ouvir…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem eu nem ninguém!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … porque ouve sempre pouco.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém está a ouvir!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Eu já lho disse várias vezes, Sr. Deputado Pedro Pinto: quando é para resolver os problemas dos portugueses, o Sr. Deputado nunca ouve nada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): —Ninguém! Ninguém!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Mas oiça hoje, a ver se aprende alguma coisa.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A propriedade rústica média, em Portugal, está abaixo de 1 ha. Mesmo no Alentejo,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Na Amareleja!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … onde a distribuição é bastante diferente da do norte do País, a dimensão média da propriedade está abaixo dos 10 ha.

Não vou negar a enormidade do desafio que é ter uma gestão florestal com esta distribuição de propriedades. É muito difícil, e nunca direi o contrário, mas precisamente por ser difícil é que gostaríamos de ver mais ambição e mais coragem por parte do Governo.

Portanto, as minhas últimas perguntas são: como é que o Governo quer fazer a gestão florestal? Como é que vai assegurar que há mais coordenação entre os proprietários privados? E como é que vai assegurar coisas tão essenciais como, por exemplo, o pagamento do ecossistema, para que estes pequenos proprietários tenham os meios financeiros para manter as suas florestas e os seus territórios limpos, como devem, aliás, fazer?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado João Antunes Santos, a quem dou a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh! Ainda por cima! Ninguém merece mais, depois de 8 minutos!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ouve! É a tua prenda de anos!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Pinto, na sua primeira intervenção, com que iniciou este debate, trouxe-nos aqui o boletim meteorológico. Disse que estavam 40 e tal graus, não sei onde, mas esqueceu-se de partilhar também connosco o boletim de saúde, porque, efetivamente, esta demagogia refinada do Livre causa-nos alergia a todos!

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Aquilo que o Sr. Deputado esteve a fazer, na intervenção inicial e nesta intervenção, não é nada mais do que demagogia.

Quando vimos que o Livre tinha agendado esta interpelação ao Governo, pensámos: «Olha, algo positivo. Uma discussão que é importante termos e o Livre, efetivamente, está preocupado com a época de verão e com a resposta que terá de ser dada no País, em particular na zona atingida pelo comboio de tempestades.» Mas rapidamente percebemos, quando chegámos aqui, pelas intervenções do Livre, que aquilo que o Livre quis fazer foi sinalizar esta temática, agoirar para que as coisas corram mal e para que, caso as coisas corram mal, virem dizer «nós avisámos, nós avisámos, nós alertámos».

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Mas nós avisámos!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — É a postura do Livre desde o início deste debate, e é pena que assim seja, porque a verdade é que, se algo correr mal, não é ao Governo que corre mal, é ao País que corre mal — pelo que essa não é a postura do PSD.

O PSD, independentemente do Governo que esteja a governar, está sempre preocupado com Portugal e com os portugueses. E, aí, o Livre podia inspirar-se.

Aplausos do PSD.

Depois, o Sr. Deputado Jorge Pinto disse há pouco, e bem — sublinhamos isso que disse, para memória futura —, que este Governo investiu mais na prevenção, que investiu mais no dispositivo que neste momento existe para a época de incêndios.

O Sr. Deputado disse tudo isso e disse também que tinha visitado o território de Leiria. Eu não preciso de o visitar, porque diariamente percebo a realidade. Vou dar-lhe uma novidade, Sr. Deputado Jorge Pinto: tendo em conta aquilo que foi a tempestade que atingiu o território na zona de Leiria, as pessoas singulares, as empresas, as autarquias, o território e a floresta não precisam de semanas nem de meses para recuperar; precisam de anos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Efetivamente, isto é um flagelo que vai demorar anos a resolver.

O que lhe pergunto, Sr. Deputado Jorge Pinto, porque ainda ninguém percebeu, nem neste Hemiciclo, nem no País, é: efetivamente, se o Livre governasse — graças a Deus, não governa! —,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — … o que faria de diferente para proteger a região de Leiria, para proteger o País e para preparar a época de incêndios deste ano?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Antunes dos Santos, é quase irónico que tenha falado do boletim de saúde, depois das declarações da Sr.ª Ministra do Trabalho.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exato!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Porque, numa de Marie Antoinette do século XXI portuguesa, aquilo que ela nos disse foi: «Não têm ares condicionados? Ponham um boné.»

Portanto, falar do boletim de saúde no dia de hoje…

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chapéus, há muitos!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Deputado, eu teria um bocadinho mais de recato e de vergonha, depois das declarações da Sr.ª Ministra do Trabalho.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É verdade!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa muito importante, em segundos: as propostas do Livre sobre antecipação, sobre planeamento e sobre preparação não são para dizer «nós bem avisámos». Nós até gostamos muito de mitologia clássica, mas não queremos ser *Cassandra*,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Cassandra?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … que dava os alertas e ninguém acreditava nela. Pelo contrário, se nós avisamos — e temos avisado muito, Sr. Deputado — é para que nos ouçam, e infelizmente não ouvem.

Mas deixe-me dizer-lhe que nós ainda não somos Governo nem poder, mas seremos.

Risos do CH e de Deputados do PSD.

O Sr. Deputado é novo o suficiente e espero que se sente aí quando isso acontecer,…

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Coligados com o PS!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … para reconhecer a diferença e perceber, afinal, como é que se faz prevenção no nosso país.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vocês vão tanto ser Governo como tu foste Presidente da República!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As consequências das tempestades dos finais de janeiro e do início de fevereiro, nas florestas, especialmente na região Centro, não são produto apenas de uma exceção meteorológica. Resultam muito de décadas de degradação da qualidade da floresta e do coberto vegetal nos espaços rurais, do abandono das matas nacionais e da ausência de ordenamento.

A sobreabundância de biomassa nos povoamentos florestais com que deparamos hoje entronca na falta de políticas ativas de gestão, de medidas de prevenção estrutural e, sobretudo, de valorização da produção florestal.

Os produtores florestais não têm incentivos para gerir os seus espaços, mas são vítimas dos grandes interesses das indústrias, que lhes esmagam os preços.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não será fácil limpar a floresta em tempo útil, pois estamos a iniciar o mês de julho e estão aí, de facto, as temperaturas elevadíssimas.

Como o PCP propõe no projeto de resolução que hoje entregou, devem ser tomadas medidas de intensificação dos trabalhos, mediante normas de segurança, naturalmente; devem ser identificadas e caracterizadas as zonas de maior risco; deve ser reforçada a presença de sapadores florestais e outros agentes na vigilância e na primeira intervenção; deve ser aumentado o número de parques de receção de material lenhoso; e, sobretudo, o Estado deve intervir na regulação do mercado de madeira, garantindo preços justos à produção.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Jorge Gonçalves, do PSD, para uma intervenção.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Dificilmente encontraremos outro debate em que se fale tanto do interior como nos debates a que assistimos sempre que falamos de fogos rurais.

Protestos do PCP e do Deputado do L Jorge Pinto.

Curiosamente, temos o Livre, com o Sr. Deputado Jorge Pinto, que tem um efeito retardante sobre o mesmo. E tem esse efeito de tal forma que até o líder do seu partido saiu, para não ter de o ouvir.

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. Deputado, que estava tão estupefacto por os ministros não estarem presentes, viu agora o seu líder a abandoná-lo, pelo efeito retardante do seu diálogo.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — O que é que isso tem a ver?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Vá à casa de banho e vai encontrá-lo!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Vou dizer-lhe também outra coisa: o grande problema, quando falamos do interior, é o espírito wokista com que sempre foi tratado. Azinheiras e sobreiros? Não sabem qual é a diferença, mas não podem cortar, porque o agricultor não pode semear.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Enganou-se no Deputado!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — O homem está lá, mas não é o homem que está em risco, é o rato, é o morcego, é aquilo que os senhores quiserem; e constroem, sobre autoestradas, passagens para lobos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Quando? Foi o PSD!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Mas pior: as culturas são destruídas, e então em que é que pensamos? Em contracetivos para os javalis!

Risos e aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Essa é para a Inês!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — E é isto que vivemos, neste período. Tem sido isto, neste Hemiciclo! Nunca falamos verdadeiramente daquilo que interessa.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Que é o quê, diga lá?!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Portanto, Sr. Secretário de Estado, os incêndios combatem-se no inverno, esta é a verdade.

Durante décadas, a política dos incêndios rurais, em Portugal, foi frequentemente caracterizada por uma lógica reativa. Ou seja, os incêndios tinham a sua ignição, encaminhavam-se os bombeiros para lá e, então, lembrávamo-nos todos dos bombeiros.

Aliás, não posso deixar de dar aqui os parabéns ao Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes, que terminou a sua intervenção de forma brilhante, dizendo: «Obrigado a mim, parabéns a mim!»

Risos de Deputados do PSD.

Protestos do Deputado do CH Luís Paulo Fernandes.

Obrigado a ele. Isto é uma coisa surreal!…

Mas esta também é a fase reativa do Chega e da sua comissão parlamentar, que, sinceramente, no final vai chegar a uma conclusão que é menos de zero. Menos de zero, porque foi assim que o Chega quis. Foi assim que o Chega, com um raminho de oliveira e uma garrafa de 0,33 l, combateu o incêndio.

Hoje estamos também perante um contexto de alterações climáticas que aumenta a frequência e a intensidade dos incêndios. E depois o despovoamento do interior, de que tanto se fala. Será possível falarmos de interior em Portugal, quando vamos de Lisboa a Bragança em quatro horas? Será esse o interior? Ou ainda temos o perfil com que criámos esse interior do Prof. Sedas Nunes, que veio dizer que isto é tudo interior?

O grande problema é que os incêndios rurais são 50 km do litoral. Esse é que já é o grande problema dos incêndios.

Portanto, há a mudança dos hábitos culturais e do *modus vivendi* dessas populações, que têm menor vocação para a limpeza das matas, mas, quando vão limpar, também não podem, porque há de aparecer algum decreto ou algum regulamento que os proíbe de fazer isso. E aparece logo o ICNF e outros tantos para dizer: «Isto é proibido! Isto não se pode fazer.» E depois temos de cortar a árvore que até dava sombra para a casa. É assim que estamos e este é o grande problema.

Sr. Secretário de Estado das Florestas, sabemos que este Governo aposta na prevenção. Em percentagem de despesa executada, corresponde a cerca de 55 % a 60 % na prevenção, para 45 % a 50 % no combate efetivo dos incêndios.

Portanto, esta era uma pergunta que lhe deixava, Sr. Secretário de Estado: em termos concretos, de que forma está este Governo a promover uma verdadeira mudança do modelo, passando de uma política centrada na reação para uma política assente na prevenção, na gestão ativa da paisagem e na redução estrutural do risco, não esquecendo, como alguns já propuseram em diversas comissões, que até os animais selvagens em época de incêndio devam ter placas para saberem para onde se hão de dirigir?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, nem de propósito, a minha intervenção vem mesmo a seguir a falarmos de biodiversidade. Mas que grande confusão vai por aí, Sr. Deputado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vai, vai!…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.as e Srs. Deputados, agradeço em particular ao Livre o agendamento desta temática, porque, ainda para mais, tendo aqui presente o Governo, é sem dúvida uma oportunidade de podermos perceber o que é que, efetivamente, do ponto de vista estratégico, está a ser feito para que o País deixe de estar capturado não só por uma floresta de monocultura, mas também por uma visão que continua ausente das políticas públicas, em particular para revertermos para um mosaico que seja biodiverso para que haja maior proteção das populações.

Hoje, apesar das várias intervenções do Governo, continuamos sem perceber se está ou não assegurada esta mudança e se o Governo está comprometido com a mesma, porque não podemos estar, a este tempo, na sexta onda de calor que vai atingir o País e continuar a tratar a floresta e o interior como se vivêssemos no século passado, quando, em pleno século XXI, sabemos que temos, de uma vez por todas, de adaptar o território às alterações climáticas.

Nesse sentido, mais do que discutir aqui questões polémicas como os javalis, acho que seria mesmo muito importante percebermos o que é que efetivamente está a ser feito para termos um atlas de risco das alterações

climáticas que identifique as zonas críticas do País e as infraestruturas que vão ser particularmente afetadas com as ondas de calor. Não vale a pena dizermos que não vamos ter nada a falhar, nomeadamente o SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal), mas depois não saber identificar quais estas ilhas de calor que vão ser mais afetadas e que pontos do País têm de ser reforçados.

Por outro lado, também, Portugal tem ficado para trás nos investimentos do PRR ou nos demais fundos comunitários em matéria de adaptação do território às alterações climáticas. Hoje não ouvimos um maior compromisso nesse sentido.

Ao contrário da leitura do PSD, que acha sempre que estamos todos a torcer para que o Governo falhe, uma coisa é certa: acho que todos aqui estamos a torcer para que, pela primeira vez, se calhar, o Governo acerte, porque nada nos deixará mais satisfeitos do que termos os nossos concidadãos em segurança.

É que o tema de que estamos aqui a falar é um tema de insegurança nacional. É um tema de incêndios, é um tema de perda de vidas, que tem de ser tratado com a seriedade que isto nos merece.

Por isso mesmo, além de garantirem que o SIRESP vai funcionar, é importante que nos digam onde é que o atlas está, porque tem continuado a marinar na gaveta e, até aqui, o que tem estado no Orçamento do Estado não tem sido executado.

Depois, por outro lado, é preciso garantir a preservação e o reconhecimento de outras áreas como protegidas, em particular, zonas húmidas e sensíveis, que até aqui têm sido destruídas; e também não temos visto investimentos levados a cabo no interior do País reverterem para as populações. Continuamos a ver a perda de biodiversidade, até mesmo em matéria dos transportes e da própria ferrovia. O corte de árvores é feito de forma absolutamente cega, quando sabemos que elas são um dos principais fatores para poder proteger as populações, quer da erosão da orla costeira quer das ondas de calor.

Por isso mesmo, aquilo que urge hoje sair deste debate não são apenas compromissos vazios ou estatísticos; é, de facto, uma visão estratégica para o interior e para a floresta. Nesse sentido, ficou muito aquém a intervenção do Governo, mas gostaríamos que, no encerramento, pudesse efetivamente dizer-nos se estão ou não disponíveis para executar o atlas, e se estão disponíveis para apoiar a reflorestação de árvores autóctones e a deseucaliptização, que é uma matéria em que o PAN tem batido bastante. E é importante nós incentivarmos economicamente os produtores nesse sentido, para não…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Chega… do Livre, peço desculpa!

Protestos de Deputados do CH.

As minhas mil desculpas. Não é uma; são mil desculpas!

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, pagou imediatamente pelo seu pecadilho.

Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias: O assunto é sério. Nós temos falado principalmente dos impactos florestais dos incêndios, mas, como todos sabemos, perdem-se vidas e, infelizmente, perdemos vidas nos incêndios.

Há uma medida que salva vidas: é as pessoas poderem saber a tempo quando é que estão em risco. Falo, nomeadamente, dos alertas que as pessoas recebem — infelizmente, demasiado tarde. Vimo-lo no apagão, vimo-lo no comboio de tempestades.

Por causa do próprio sistema tecnológico que estamos a utilizar, que não é o mesmo que se utiliza noutros países,…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … as pessoas muitas vezes só vão receber o alerta mais tarde. Pior ainda, nem todas as pessoas que estão na zona circunscrita de perigo recebem o aviso, via SMS (*Short Message Service*), de que estão em perigo, porque só os recebem os números que são de bases de dados de operadoras nacionais.

Ora, noutros países do mundo existe um sistema de envio de mensagens através de sinal rádio, que as envia para todos os telemóveis que estejam numa determinada zona. Isso, provavelmente, já aconteceu a vários de nós quando nos deslocámos ao estrangeiro. Não é um sistema que seja caro. É utilizado em países mais ricos do que Portugal mas também em mais pobres. Em geral, são países que têm uma condição em comum com a nossa, que é ter muito turismo e, portanto, precisam de avisar as pessoas que estão naquele local de perigo.

Nós alertámos o Governo para este assunto ainda antes do apagão. Depois do apagão, disseram-nos que foi mesmo azar porque, antes do apagão, os papéis estavam prontos para serem assinados e para termos o sistema. Mas, entretanto, já passou muito tempo e não o temos.

Eu gostaria de saber, junto ao Governo, se finalmente podemos vir a ter um sistema que pode salvar vidas.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Porque, na verdade, a falta de cultura de prevenção em Portugal não é uma sina. Não estamos obrigados a ter esta falta de cultura de prevenção. Já a tivemos no passado.

O nosso Estado moderno nasce como resposta a uma catástrofe. E é muito importante que todos os órgãos de soberania estejam bem cientes de que há um trabalho a fazer, não só quando as catástrofes fazem títulos de jornal mas também antes. Nesse caso, o País pode efetivamente salvar vidas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Mesa não regista pedidos de palavra, pelo que vou ser menos tolerante relativamente ao período de inscrição. Havendo inscrições, era bom que se inscrevessem todos de uma rajada.

Pausa.

Entretanto inscreveu-se para o uma intervenção o Sr. Deputado Pedro do Carmo, do Partido Socialista, a quem dou a palavra.

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, quero agradecer ao Livre a oportunidade do debate.

Quero dizer, em nome do PS, que estamos aqui para escrutinar o Governo e uma realidade que a vossa propaganda tenta, a todo o custo, camuflar, mas relativamente à qual o estado do território e os números oficiais expõem uma crueza inabalável.

Hoje entramos em julho, o coração da época crítica. E a pergunta que o País faz não é se o dispositivo que está desenhado no papel está de acordo, mas se as populações estão verdadeiramente seguras.

Aplausos do PS.

A resposta é um redondo e trágico «não», pois sabemos que o Governo já respondeu mal quando foi a água. A pergunta que se coloca é: estamos preparados para responder ao fogo? Temo muito bem que não, e os dados conhecidos hoje confirmam-no. Em relação ao mesmo período de 2025, o número de incêndios rurais e de área ardida duplicaram. Este ano, a área ardida é a maior desde 2017, enquanto os incêndios registaram o maior número desde 2022.

O fenómeno do comboio de tempestades que fustigou o nosso território não foi, senhores, um cisne negro. Os senhores desvalorizaram os alertas. Foi um padrão meteorológico anunciado que criou três vulnerabilidades críticas e que o Ministério, ao dia de hoje, falhou em mitigar.

Primeiro, bloqueou caminhos rurais e a rede viária secundária com milhares de árvores derrubadas. Segundo, gerou um crescimento explosivo de biomassa fina, que é um rastilho para o fogo. Terceiro, acumulou

uma densidade inédita de combustível morto no solo, que eleva uma densidade térmica e que transforma qualquer faísca num fogo.

Sr. Secretário de Estado das Florestas, os factos são avassaladores e a sua gestão, em termos estatísticos, é um desastre. Depois de anos de baixa severidade, em 2020-2021, a área ardida sob a vossa tutela disparou. Em 2024, Portugal registou cerca de 137 000 hectares ardidos e, mais, o cenário tornou-se dramático em 2025: até 31 de agosto, o ICNF reportou um alarmante número de 254 000 hectares consumidos pelas chamas. É o valor mais elevado da última década para este período.

Enquanto o Governo se instalava, palavras suas, sempre na perigosa ilusão da floresta verde para 2050, o território continuava a arder, e continua a arder.

Pergunto: onde falhámos, Sr. Secretário de Estado? Falhámos porque existe um desfasamento crónico entre o tempo da meteorologia e o tempo da administração. Por isso, pergunto onde estão os contratos-quadro de emergência recomendados pelo Observatório Técnico Independente. Se tivessem sido criados, os municípios podiam acionar equipas de limpeza 48 horas após a tempestade. Em vez disso, o que fez o Governo? Preocupa-se, deixa-se esbarrar na rigidez orçamental e nos labirintos da contratação pública, não indo ao encontro das populações.

O verão instalou-se e os caminhos continuam obstruídos, porque o Governo não soube gerir as curtas janelas temporais de intervenção. Onde está a flexibilização também recomendada das fases do DECIR? Quase 10 anos depois de Pedrógão Grande, continuamos amarrados a um calendário civil rígido. Os meses aparecem porque o calendário diz que é julho e não porque a meteorologia real o exige.

Sr. Secretário de Estado, a responsabilidade do ICNF é vossa. O senhor devia garantir que a biomassa derrubada era removida e que o cadastro predial avançava para que os municípios não ficassem de mãos atadas quando um minifúndio é abandonado. O cadastro não tem avançado. É isto que estamos a dizer.

Mais: é preciso perceber que o próprio dispositivo falhou. O ICNF, na sua prevenção estrutural, nem chega a tempo de dar a informação aos operacionais que estão no terreno. É uma confissão de incompetência.

Mas termino com a reflexão e faço as perguntas.

Que percentagens de faixas de gestão de combustível foram efetivamente executadas nas zonas fustigadas pela tempestade? Onde os privados falharam, quantas câmaras já aderiram a esse processo de limpeza? Quantos quilómetros de rede viária florestal permanecem hoje obstruídos, colocando em risco a vida dos operacionais, que o Estado devia proteger?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Sobre os sapadores florestais, a meta já antiga das 500 equipas foi atingida? Os dados do ICNF, os que estão disponíveis *online*, afirmam apenas 367 equipas do dispositivo.

Como explica, Sr. Secretário de Estado, um investimento recorde de 638 milhões, anunciado por si, tendo nós regressado aos piores níveis?

Os 250 milhões de Bruxelas também são muito bem-vindos, mas, no chão, quantos hectares de madeira derrubada pela tempestade removeram?

Qual é o ponto de situação da fileira da biomassa residual, para que cortar o mato ou a floresta seja compensador para o proprietário e não seja um encargo?

Estamos a debater prontidão antes de a Comissão Técnica Independente entregar o relatório de 2025. Por isso, pergunto: o Governo compromete-se a aplicar as recomendações da Comissão Técnica Independente ainda este verão? Ou vai esperar pelo próximo verão?

Houve articulação real entre os Ministérios para transformar os rastos da tempestade em prevenção? Ou cada um discutiu a sua metade e a floresta ficou no meio?

Com o País todo de olhos no Centro, como garante que haja segurança a sul e que o Sul não fica para trás?

Para lá de hectares e viaturas, que plano concreto existe para as populações idosas em zonas de risco?

A prontidão do País não se mede em conferências de imprensa em Lisboa; mede-se na resiliência das nossas serras, na remoção da biomassa e na segurança de quem vive no mundo rural. É aí, Sr. Secretário de Estado, que a sua insuficiência é demonstrada!

Aplausos do PS.

O que o Partido Socialista fez aqui hoje foi colocar questões objetivas e claras, com base em factos e no conhecimento da realidade, para defender pessoas e território, deixando os necessários alertas para evitar que as populações fiquem à mercê da sorte da meteorologia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não há área, não há setor do Estado que não precise de uma reforma em Portugal. Mas há um que precisa mesmo de uma reforma e, se dúvidas havia, basta ver o que aconteceu em resposta ao comboio de tempestades, em resposta ao apagão e, enfim, em resposta a outras intempéries que abalaram Portugal: a proteção civil.

É por esse motivo que a Iniciativa Liberal vai apresentar uma proposta para a reforma da Lei de Bases da Proteção Civil e vai, sobretudo — fazendo uso de um acrónimo que já se tornou comum no discurso político —, apresentar um PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência) para a proteção civil. Antes de mais, é necessário prevenir — a tónica tem de estar em prevenir —, se não for possível prevenir, tem de se preparar e depois, não sendo possível acautelar, é necessário responder e depois recuperar. Mais do que isso, é muito importante também que haja uma estrutura de comando clara na proteção civil.

Olhando para o que aconteceu no comboio de tempestades, ficam muitas dúvidas por responder, nomeadamente porque é que as Forças Armadas demoraram tanto tempo a entrar no terreno? Terá sido por corporativismo? Se é, não pode ser. Tem de ser resolvido.

Depois, a questão das comunicações. Não há proteção civil que nos valha se não existir comunicações. O nosso SIRESP já funciona? É obviamente uma pergunta retórica, sabemos que não. Já lá enfiámos 700 milhões de euros e à data ainda temos um sistema de comunicações redundante que, quando tem de funcionar, não funciona: falha! Isso está resolvido? Creio que não.

Além disso temos a questão da proximidade. Nós podemos criar várias estruturas, mas o País não se gere a partir de Lisboa, portanto, ou somos capazes de delegar e de trabalhar com os municípios, com as CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e com estruturas que estão no terreno, ou então, uma vez mais, de nada nos vale fazer SIPE (Sistema de Informação de Planeamento de Emergência) se não estamos próximos do terreno.

Sobretudo, creio que este é o aspeto mais importante: nunca esquecer que todos nós somos agentes de proteção civil. Não somos atores passivos que escutam instruções do Governo e depois atuam. Em muitos casos — como se viu agora na Venezuela, com os dois sismos que abalaram aquele país —, as pessoas são as primeiras a chegar ao terreno e muitas vezes a auxiliar. Portanto, faço uma nova pergunta: o que é que nós estamos a fazer para informar, para ajudar as pessoas e para preparar as pessoas? Uma vez mais, pergunta retórica!

Veja-se o caso dos sismos, não na Venezuela, mas em Portugal. Nós sabemos que iremos ter novamente um sismo. Pergunto: o que é que foi feito para preparar as populações, sobretudo as que estão mais próximas da zona sísmica, que é Lisboa? Nas zonas de Lisboa e do Algarve, o que é que foi feito para preparar as populações? Nada! Há pessoas em Lisboa que nunca fizeram um simulacro na vida. Portanto, não foi feito nada. Aquilo que é dito, raramente e de soslaio, é, nas escolas, às vezes, dizer-se que temos de ir para debaixo de uma mesa. Ora, isto é manifestamente insuficiente. Por conseguinte, temos de começar a tratar as pessoas como agentes de proteção civil, porque elas também são agentes de proteção civil.

Perguntei ao Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, não tive resposta. Perguntei ao Sr. Secretário de Estado das Florestas, também não tive resposta. Eu estou quase a perder a cabeça e fazer como o Secretário-Geral do Partido Socialista: enviar uma carta ao Primeiro-Ministro para ver se consigo ter uma resposta.

Risos da IL.

Pergunto, uma vez mais: é ou não é verdade que produtores florestais se disponibilizaram para limpar os terrenos, para recolher a madeira e não obtiveram resposta do Governo e das entidades competentes? É uma pergunta simples. A resposta é sim ou não?

Os Srs. Membros do Governo ainda têm tempo para responder. Dispõem de 3 minutos e 46 segundos e eu ainda posso ceder-lhes 2 ou 3 segundos.

Volto a perguntar: receberam, ou não, esse contacto? Responderam, ou não, a essa disponibilidade dos produtores florestais para ajudar a limpar os terrenos?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, estamos em condições de passar à fase de encerramento.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Este debate está a terminar, mas os problemas vão ficar. Dos cerca de 2,3 milhões de metros cúbicos de madeira afetados pela tempestade, só aproximadamente 800 000 metros cúbicos é que foram removidos pelas empresas e pelos particulares, não pelo Estado. O resto está tudo no terreno. Está tudo no terreno porque Portugal continua a ser governado pela mesma lógica de sempre, que é a lógica do remendo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — PS e PSD passaram anos e anos a prometer que iriam continuar a prevenir situações como Pedrógão e que aprenderam com 2017.

Mas, pergunto, o que é que aprenderam com cada tragédia? Em 2017, houve tragédia. Em 2022, houve tragédia. Em 2024, houve tragédia. Em 2025, houve tragédia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Milhares e milhares de ignições e milhares e milhares de hectares ardidos.

Nesta última década, ardeu mais de 1 milhão de hectares de território nacional. Ora isso, Srs. Deputados, são entre 11 % e 12 % do território nacional. Quer dizer que, se numa década ardeu mais de 10 % do território nacional, nos próximos 100 anos, se continuarmos a ter Governos destes partidos, todo o território nacional irá arder.

Aplausos do CH.

Por isso, digam-me lá o que é que aprenderam?

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Aprenderam exatamente o quê? Eu digo-vos: aprenderam a fazer conferências de imprensa, aprenderam a fazer vídeos para o *Instagram*, aprenderam a criar estruturas onde colocam os vossos *boys* e as vossas *girls* para mamarem à conta do Estado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Aprenderam a anunciar milhões que nunca chegam ao povo. O que nunca, mas nunca aprenderam foi a proteger Portugal.

Os incêndios, Srs. Deputados, não começam em julho. Começam com a incompetência acumulada durante anos e anos.

Aplausos do CH.

Começam quando deixam a floresta transformada num barril de pólvora, como a que temos hoje de Norte a Sul. Começam quando o Estado aparece sempre depois da tragédia e nunca antes dela. O Estado, Srs. Deputados, só aparece para cheirar as cinzas e a morte, nunca para as prevenir.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ouvimos uma e outra vez justificações e desculpas esfarrapadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Amanhã, Srs. Deputados e Sr. Presidente, se existir outra catástrofe, estamos na mesma, porque um incêndio que arde há décadas, sem parar, é o incêndio da vossa incompetência!

Depois dizem que veem as lágrimas, as lágrimas sobre as vidas dos portugueses e sobre a floresta queimada. Claro! Com as promessas de mais uma agência e de mais uma comissão. É sempre o mesmo ciclo. E é precisamente esse ciclo que o Chega quer quebrar.

Nós defendemos penas mais duras para os incendiários.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Defendemos tratar da vidinha de quem pega fogo ao País como aquilo que realmente é: um terrorista inimigo da Nação!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Quando apresentámos estas propostas, quem as chumbou?

Aplausos do CH.

O Partido Socialista e o Partido Social Democrata, juntos, como sempre. O PS governou Portugal para o deixar arder à mercê dos incendiários que protege. A AD (Aliança Democrática) prometeu mudar, mas afinal, ao fim de 2 anos, não mudou nada! A AD limita-se a gerir a herança socialista, só que com um logotipo diferente. E ainda vão beber *gins* para o Algarve, enquanto o País arde.

Os portugueses não precisam dos vossos partidos, que são meros gestores da incompetência de meio século.

O que o Chega precisa é destes 60 Deputados que, por amor a Portugal, vão fazer Portugal!

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Ah!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente. Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Há duas maneiras muito diferentes de discutir a preparação do País. Uma é fazendo números para o *TikTok* ou com umas progressões matemáticas estranhíssimas em que, se arder 1 % do território cada ano, daqui a 100 anos ardeu o País todo. Quer dizer!…

Risos da Deputada do L Filipa Pinto.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sempre a mesma conversa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Um bebé que cresça 100 % entre a altura em que uns meses e um ano não vai ter 300 kg quando tiver 10 anos.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas sim, o País se calhar precisa depois de uns vídeos dos Deputados do Chega com uns raminhos a apagar o fogo.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Ai a inveja!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há uma forma de discutir, que é com seriedade.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Olha a dor de cotovelo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Livre apresentou neste Parlamento, em relação a um problema bem sério, que é o do risco sísmico, uma proposta para que houvesse um indicador de risco sísmico nacional para que toda a gente, quando arrenda uma casa, quando compra uma casa, saiba que risco está a correr. Essa proposta foi chumbada na altura na altura, culpa do PS. Vamos voltar a apresentá-la e queremos saber quem é que vai votar a favor para que finalmente tenhamos informação que salva vidas.

Aplausos do L.

Entretanto reassumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate tinha tudo para ser um debate sério, tinha tudo para ser o expressar de uma preocupação, e julgo que o contributo que o Livre deu foi positivo relativamente a esta matéria.

Começaram por falar das questões climatéricas, que alguns negam. Nós não negamos esse tipo de situações e temos a consciência de que as próximas duas semanas vão ser profundamente complicadas porque há uma onda de calor que vai atingir Portugal. Isto significa que esta matéria merece ser discutida com rigor, com cuidado, com atenção, e estamos disponíveis para o fazer.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas há quem não esteja. Há quem venha aqui, afinal de contas, atear fogos, incendiar as situações, sem dar um único contributo positivo relativamente à matéria dos incêndios.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês chumbaram!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Vem, apenas e só, esquecer-se daquilo que é a sua própria responsabilidade.

Eu não faço uma interpelação à Mesa para juntar documentos. Mostro uma notícia que saiu no jornal *Público* no ano passado, que diz: «Mandatário autárquico do Chega, em Vendas Novas, detido por suspeita de atear fogos».

O orador exibiu a notícia que mencionou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh, pá!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Quando não o fazem,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem vergonha na cara! Mentiroso!

Protestos do CH.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … quando não o fazem em público, fazem-no em privado.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentiroso! Aldrabão!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados,…

Protestos do CH.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — É lamentável que estejam aqui com esta postura de tentar atirar para cima dos outros aquilo que é da vossa responsabilidade, quando não apresentaram uma proposta, não deram um contributo, uma ideia, uma medida de prevenção, quando não tiveram um cuidado relativamente a esta matéria.

Aplausos do PSD.

A questão que se coloca hoje é a de saber o seguinte: fez o Governo o seu trabalho de casa relativamente à montagem de toda a estrutura que era necessária? Fez o Governo opções relativamente à colocação de um comando no centro do País, onde houve o comboio das tempestades? Fez o comando a integração da participação da defesa conjuntamente com os sistemas de proteção civil? Fez o Governo o seu trabalho convocando bombeiros, reunindo com eles pelo País fora, para os motivar, para os juntar e para os preparar para este combate?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — É isso que é importante saber. Se houver um incêndio, é capaz de responder.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Peça desculpa aos bombeiros!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O Governo não quis alterar as estruturas, ao contrário do que já foi dito.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São iguais ao PS!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O Governo quis manter uma estrutura, porque não é em época de fogos que se vai mudar essa estrutura. É na altura do inverno.

O que está aqui em causa é saber, pelo que é ao Governo que se pergunta se tem ou não tem condições para responder dentro das possibilidades humanas, porque não podemos ir além das improbabilidades nesta matéria.

É esta a questão que fica.

Mas deixo ainda uma outra questão, muito rapidamente, para dizer ao Livre, o senhor líder de bancada do…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Pedro Pinto pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, gostava de anexar documentos, por ter ouvido o Sr. Deputado António Rodrigues dizer que o Chega não aportou nada a este debate, não trouxe nada a este debate.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isso não é uma interpelação à Mesa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para quem está em casa, a assistir a este debate, é importante que saibam que não se pode arrastar projetos para este debate. Portanto é mentira aquilo que o Sr. Deputado António Rodrigues disse.

Queria também dizer que, ao contrário do PSD, o Chega é o partido que mais tem apresentado projetos sobre os bombeiros, sobre proteção civil, que têm sido chumbados pelo PSD!

Protestos do PSD.

Assim, queria que fossem entregues ao PSD todos os projetos que o Chega tem apresentado nesta Casa e que o PSD chumba!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Serão entregues, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PSD chumba-os, portanto são hipócritas! E o Sr. Deputado é hipócrita e mentiroso!

Protestos do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O País a arder e vocês a beberem *gins* no Algarve!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado António Rodrigues pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, é para solicitar a junção do documento que referi há pouco e que o Chega não consegue compreender, porventura porque ainda não tinha tido conhecimento dele

Estamos sempre preocupados com os bombeiros, naturalmente. Não estamos é disponíveis para atender às questões pontuais e às alíneas que o Chega faz!

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E esse, que foi expulso pelo Tutti Frutti e que continua aí sentado?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, ordem!

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão e contraprotestos de Deputados do PSD.

Srs. Deputados, ordem, ordem!
Dou agora a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil.

Protestos de Deputados do CH e contraprotestos de Deputados do PSD.

Srs. Deputados, deixem falar o Sr. Secretário de Estado.
Sr. Secretário de Estado, se não conseguir falar, eu interromperei.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Gostaria de prestar alguns esclarecimentos finais e, depois, deixar uma mensagem clara sobre aquilo que o Governo fez e aquilo que o Governo espera.

Quanto a algumas questões que foram suscitadas pelo Deputado Pedro Carmo, demasiado fatalista sobre aquela que foi a resposta à *Kristin*, não estamos aqui para discutir isso hoje, mas, de facto, muito trabalho foi feito. Não sei se o Sr. Deputado tinha condições de antecipar aquele que foi um fenómeno extremo e único em Portugal. O IPMA nunca tinha tido registo da dimensão daquilo que aconteceu. Não sei se o Sr. Deputado poderia ter antecipado onde é que iriam derrubar as árvores e quais caminhos e quais estradas é que se iriam obstruir.

Sobre o SIRESP, também aqui suscitado, ainda recentemente o Sr. Ministro da Administração Interna apresentou o plano de investimento para um novo, ou para reforçar e tornar mais eficiente o SIRESP. É um investimento para os anos 2026 e 2027: em 2026, ainda com alguns fundos do PRR e, em 2027, num total de 36 milhões de euros.

Sim, Sr. Deputado Rui Tavares, os alertas comunicacionais são algo que estamos a melhorar e, sim, estamos a tratar da melhoria da comunicação diferenciada, porque também sabemos que, muitas vezes, os nossos concidadãos normalizam a informação que recebem. Portanto, estamos a desenvolver e a trabalhar, designadamente, alguns formatos como o *cell broadcast*, para, com um aviso diferenciado, poder chamar a atenção para aquilo que pode vir a acontecer.

Caro Deputado Luís Paulo Fernandes, de facto, o IPMA faz parte integrante do Centro de Coordenação Operacional Nacional. Em todos os nossos *briefings* e de acordo com a lei, são o IPMA e o ICNF que definem os níveis de perigosidade de incêndio rural, portanto, está amplamente envolvido nas decisões da proteção civil.

Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes, como bem sabe, eu estive em Pedrógão Grande no dia 31 de janeiro, no quartel dos bombeiros, e depois várias vezes. Aquilo que aconteceu foi que, por intervenção até minha, a direção pôde submeter a tempo uma candidatura, numa plataforma colaborativa em que outros, como o senhor bem sabe, de Leiria, de Penela, conseguiram antecipadamente encontrar forma de rapidamente financiar os seus estragos. Para além de o termos referenciado no PTRR, foi ainda submetido, também por insistência nossa, depois da informação de que o seguro não pagava tudo, para que fosse incluído nessa plataforma colaborativa.

Portanto, Sr. Deputado, é injusto dizer que o Governo não acompanhou desde a primeira hora todas as questões relativamente a estas incidências.

Para terminar, Sr. Deputado António Rodrigues e Sr. Deputado André Rijo, sim, é uma evidência: é o maior dispositivo de que há memória. Tem mais meios operacionais, tem mais meios aéreos, e sim, caro Deputado António Rodrigues, tudo fizemos para preparar, para elaborar este dispositivo, para dar a melhor resposta possível aos fenómenos que possam acontecer.

Não dominamos tudo, pois há circunstâncias meteorológicas, como as que, infelizmente, se verificaram no ano passado, com 25 dias consecutivos de condições severas, que não conseguimos controlar.

Temos confiança neste dispositivo melhorado comparativamente a 2025 e, sim, temos confiança, como ainda há pouco referenciei, em todos os operacionais: nas bombeiras, nos bombeiros, na estrutura da autoridade nacional, na Força Especial de Proteção Civil, na Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, em todos os

agentes da proteção civil, para dar a melhor resposta a tudo aquilo que possam ser as incidências nestes eventos críticos de verão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, pela quarta vez, é ou não é verdade que houve produtores florestais a disponibilizar-se para limpar o terreno e não obtiveram resposta?

Deixo o remanescente do tempo ao Sr. Secretário de Estado, para poder responder.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O CDS cede todo o tempo que ainda tinha ao Governo.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Florestas, para responder.

O Sr. **Secretário de Estado das Florestas**: — Sr. Presidente, quero esclarecer o Sr. Deputado, porque há pouco não tive tempo de esclarecer.

Todos os proprietários que tinham a sua madeira tombada na área do impacto da tempestade *Kristin* podiam — e ainda podem, em certa medida — utilizar este incentivo, esta iniciativa, através do ICNF, para poder ter o apoio para a retirada.

Quanto à Unimadeiras, tive reuniões no território, várias vezes, para trabalhar com as empresas e com a indústria para criar linhas de crédito para as suas expectativas, as suas necessidades, e nunca foi colocada por parte da Unimadeiras a questão de representar. Portanto, a Unimadeiras, enquanto empresa, teve e tem agora a oportunidade, naquilo que são os procedimentos de hasta pública, seja por via das entidades gestoras de OIGP, câmaras municipais ou pelo ICNF, na venda de lotes públicos, de matas — temos cinco ou seis empresas, neste momento, no território, a tirar madeira, sobretudo nas zonas prioritárias —, de recorrer a essas hastas públicas, cumprindo a sua capacidade de retirar madeira, de extrair e poder valorizar a madeira.

Portanto, todos os proprietários foram priorizados para poderem ter apoios e incentivos, com os recursos públicos dos 40 milhões de euros, para poderem, ao fim e ao cabo, ter essa pretensão atendida. Foi isso que foi trabalhado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não havendo mais pedidos de intervenção, passaremos então ao encerramento.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, para encerrar este debate.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado: Entramos no que nos habituámos a chamar «a época de incêndios» com uma normalização que não pode deixar de nos incomodar, porque não é inevitável muito do que acontece verão após verão. Na verdade, não é inevitável muito do que acontece verão após inverno, após verão, após inverno.

Se é verdade que há coisas incontornáveis — as tempestades, as ondas de calor, os fogos que delas decorrem —, os seus impactos, o nível dos seus estragos, o risco para a vida de todas as pessoas, esses, sim, podem ser prevenidos. O que não pode continuar a haver é a falta de sentido de urgência que tem acompanhado os últimos anos em Portugal.

Há uma falta de sentido de urgência. Encher o PTRR de medidas que, na verdade, já deviam estar implementadas mostra como há esta falta de sentido de urgência. Esta questão dos SMS por rádio, frisamos sempre que é algo que já devia estar resolvido há um ano e meio — há um ano e meio que estamos à espera que seja resolvido. Diziam-nos que bastava assinar um papel. Se bastava assinar um papel, porque é que isso não foi feito no dia a seguir ao apagão? Porque é que estamos há mais de um ano à espera desta medida tão

simples e que pode salvar vidas? Esta medida é um exemplo da falta de sentido de urgência que existe e que, na verdade, é transversal a tudo o que já falámos neste debate.

Não há urgência em adaptar o Código do Trabalho à época que vivemos e também aos eventos extremos; não há urgência em apoiar as pessoas para melhorar a eficiência térmica das suas casas, e acabou-se com o Programa 3C – Casa, Conforto e Clima; não é urgente combater o despovoamento; não é urgente garantir a gestão ativa da paisagem antes do pico do verão; não é urgente pré-posicionar os meios; não é preciso definir critérios *a priori* para o pedido de ajuda internacional. E, depois, quando chegam os incêndios, voltamos a ter um cenário que é bem conhecido: bombeiros e operacionais exaustos, falta de meios de combate, pessoas que combatem as chamas com as suas próprias mãos, levantamento de autos pela falta de limpeza e medidas de mitigação do impacto dos incêndios avulsas.

Sabemos há décadas o que está em causa, temos diagnósticos de sobra, sabemos onde é que falhámos enquanto País, sabemos que o problema é bem mais complexo do que alguns querem fazer crer e que não se resolve com penas mais pesadas. Sobretudo, sabemos que o problema não é apenas o número de ignições, porque nisso temos conseguido ter sucesso, temos menos ignições. O nosso problema é que os incêndios se propagam mais, são muito mais intensos, mas isso acontece por causa do desordenamento do território e pela incapacidade de uma resposta coordenada. Depois, todos os anos, ficamos surpreendidos.

Ninguém está livre de imprevistos, mas a repetição de erros não é nem pode ser uma inevitabilidade. Do nosso ponto de vista, uma discussão sobre incêndios é absolutamente indissociável da discussão sobre a organização do território. A centralização excessiva tem-se revelado manifestamente insuficiente para responder à diversidade das realidades no nosso País, por isso, falar da resiliência dos territórios é também falar de regionalização.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Foi novamente isso que ouvimos em Leiria, nas jornadas parlamentares, na semana passada. Trata-se de uma ferramenta importante para adaptar às especificidades de cada região as políticas públicas e o combate, sem esquecer, depois, a coordenação a nível nacional, porque quem melhor conhece o território está, sem dúvida, mais preparado para garantir a sua proteção, e, então, dê-se às pessoas essa legitimidade.

Também precisamos de falar do ICNF. Precisamos de proteger as nossas florestas e isso passa por um ICNF mais forte, com mais meios, mais técnicos no terreno. Srs. Deputados do PSD, a natureza não é nossa inimiga, é nossa aliada, e proteger os ecossistemas é também proteger as populações.

Aplausos do L.

É isso que temos de fazer.

Temos falado também muito de resiliência de comunidades e de fortalecimento do tecido social, e essa é uma dimensão também muito importante na preparação ao longo do ano e no combate aos incêndios do verão. Comunidades mais coesas são comunidades que se protegem, que olham umas pelas outras, que se encorajam e que se apoiam. Vimos isso a seguir ao comboio de tempestades. Estivemos com a NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria), estivemos com uma série de empresas em Leiria que nos explicaram isso. Mesmo empresas rivais entreajudaram-se no pós-comboio de tempestades, porque é uma comunidade mais coesa.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — As associações que estão no terreno do comboio de tempestades ainda não tiveram o apoio necessário para se começarem a reconstruir. As associações são essenciais para conseguir esta coesão da comunidade, porque é onde as pessoas se encontram, é onde as pessoas também tratam do seu próprio trauma, e não temos dúvidas de que há um trauma grande naquela região com o comboio de tempestades, que não pode ser agravado agora com a época de incêndios. Portanto, é essencial garantir um maior apoio às populações na limpeza dos terrenos.

Queria aproveitar este minuto final para dizer que não podemos descartar a época em que vivemos e o aumento cada vez maior das ondas de calor. Lá porque há responsáveis políticos que são absolutamente irresponsáveis e descartam a onda de calor como se não fosse um problema real, nós não podemos deixar de o fazer, e é obrigação de todas as pessoas neste Parlamento dizer que as ondas de calor, sim, existem.

Aplausos do L.

Não é por ter havido um dia, algures no tempo, em que tivemos temperaturas extremas. Estamos a falar de ondas de calor: são dias e dias seguidos em que a temperatura não baixa, em que as pessoas não conseguem arrefecer o seu próprio corpo. Portanto, estamos a falar de níveis de mortalidade muito grandes, principalmente junto das pessoas mais vulneráveis.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Por isso, não falar das ondas de calor como um grande problema ou descartar as ondas de calor é uma grande irresponsabilidade, Sr. Deputado do Chega.

Mas o problema nem sequer é com os Deputados do Chega. O meu problema é com a Sr.ª Ministra do Trabalho, que, na verdade, descartou o problema das ondas de calor para os trabalhadores que trabalham ao ar livre…

Aplausos do L.

… e disse que basta as pessoas hidratarem-se e estarem protegidas do sol para poderem trabalhar em climas manifestamente impossíveis. Se o clima está manifestamente impossível para trabalhar, então, não é dia para trabalhar, é dia para proteger as pessoas.

Ou seja, há aqui uma visão integrada do que é preparar o território, do que é preparar o País e do que é proteger as pessoas que tem de estar em todas as políticas, sejam de saúde, trabalho, habitação, ambiente, agricultura, florestas, proteção civil. A proteção do País para o futuro e a proteção de quem está na linha da frente no combate — é assim que honramos os bombeiros, os sapadores florestais e todas as pessoas que combatem os incêndios — faz-se garantindo a preparação do País para o futuro, e o Livre continuará a fazê-lo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Por fim, para encerrar o debate, em nome do Governo, dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado das Florestas.

O Sr. **Secretário de Estado das Florestas**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Colegas do Governo: Chegámos ao fim deste debate como nele entrámos, com a convicção de que a floresta é um tema de Estado e não de circunstância. Ouvimos com atenção as intervenções de todas as bancadas, mas de tudo quanto aqui se disse fica uma certeza reforçada: todos queremos mais segurança para as pessoas e para o território e mais valor para quem da floresta vive e cuida.

Foi essa ideia que levou o Governo a apresentar, a 21 de março de 2025, com o Sr. Primeiro-Ministro, o Plano de Intervenção para a Floresta 2050, Futuro + Verde, com horizonte até 2050, estruturado em 4 pilares-chave que se materializam em 19 medidas.

Peço a esta Câmara que não confunda duas realidades distintas: uma é a herança de décadas de abandono, o minifúndio, a propriedade fragmentada e a burocracia que, tantas vezes, enterrou boas intenções; outra é a direção que estamos a imprimir, ou seja, executar o plano no terreno, simplificar procedimentos e acelerar a sua implementação.

Durante anos, este País habituou-se a falar da floresta apenas quando esta ardia e a calar-se quando chovia. É essa a intermitência que estamos a quebrar.

Sr.as e Srs. Deputados, a prontidão de um país não se mede por um plano isolado, nem pelo trabalho de um único ministério; mede-se pela capacidade de fazer funcionar uma cadeia inteira, de forma articulada, entre as várias áreas governativas, entidades públicas e privadas, assim como as organizações do setor e as populações.

De pouco vale ter meios de combate se o território não estiver gerido a montante e de pouco vale gerir o território se a resposta de emergência não estiver preparada a jusante.

Foi com esse espírito que gerimos a resposta aos territórios afetados pela tempestade *Kristin*. Não os esquecemos nem os deixámos sozinhos. A resposta foi à medida da dimensão dos danos: mobilizámos um programa específico de Operações Integradas de Gestão da Paisagem, num esforço brutal de simplificação, em que fomos capazes de constituir OIGP em dois meses, quando antes se demorava dois anos. Este programa, financiado pelo PRR, com uma dotação superior a 40 milhões de euros, vem garantir o apoio até 1500 €/ha aos proprietários privados e acelerar a limpeza das áreas florestais mais afetadas.

Mas fomos mais longe e abrimos linhas de crédito, através do Banco Português de Fomento, para garantir que a fileira industrial tem capacidade de absorção, parqueamento e transformação da madeira derrubada, de forma a garantir o máximo retorno financeiro aos proprietários, e fizemo-lo a tempo, antes do pico do verão, sendo que identificámos e definimos as áreas prioritárias de intervenção na interface urbano/florestal com o objetivo de garantir a segurança de pessoas e bens.

Sr.as e Srs. Deputados, este Governo saiu da lógica do papel e entrou na lógica do terreno. Assim, reforçámos a capacidade de quem investiga e de quem combate,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… passando de duas para cinco equipas de investigação dos incêndios rurais, que alargámos a todo o País e que já contribuíram, só este ano, para 122 detenções por crime de incêndio florestal, mais de cinco vezes do que no ano passado.

Levámos a gestão ativa da paisagem a uma nova escala, com 60 OIGP, somadas agora a mais 26 novas OIGP 2.0 na região Centro. Na zona da tempestade *Kristin*, desobstruímos mais de 18 000 km de rede viária e registámos cerca de 15 000 intenções de limpeza pelos proprietários.

À escala nacional, capacitámos os agentes do território com mais de 50 milhões de euros em meios, equipamentos de gestão e prevenção entregues aos municípios, às comunidades intermunicipais, ao ICNF e às associações de produtores florestais. Equipámos os sapadores florestais com mais 2000 motorroçadoras, naquela que foi a primeira renovação deste equipamento desde a origem do programa, em 1999, e vamos entregar agora, nos próximos 15 dias, a substituição de 25 viaturas que não garantem a segurança — nos próximos 15 dias, vamos substituir essas viaturas, para que os nossos sapadores estejam e atuem agora no teatro de operações em segurança.

Investimos 30 milhões de euros na capacitação e modernização das PME (pequenas e médias empresas) do setor florestal para a aquisição de equipamentos de gestão de combustíveis. Para o apoio à gestão florestal no minifúndio, criámos o programa Floresta Ativa, que são mais de 4 milhões de euros para gerir cerca de 6500 ha, e vamos, nos próximos dias, abrir mais um aviso de 4 milhões de euros. Para dar mais resiliência ao território, reforçámos o uso do fogo como ferramenta de prevenção e gestão, com um novo incentivo a quem o executa.

Investimos na área da fitossanidade, reforçando o combate às pragas e às doenças, com 15 viaturas e 20 000 *kits* de armadilhas. Lançámos o programa da pastorícia extensiva, com cerca de 30 milhões de euros.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a floresta não se transforma num verão, nem numa década; constrói-se todos os dias, e todos temos o dever de contribuir para este desígnio nacional.

Como nos lembrou o Papa Leão XIV, na sua recente encíclica: «Cada geração recebe em herança a tarefa de dar forma ao seu tempo.» É essa a tarefa que este Governo aceitou e é essa a floresta que todos os dias estamos a construir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, estão terminados por hoje os nossos trabalhos. Estaremos aqui de novo amanhã, às 15 horas, com a agenda que poderá ser consultada nos meios eletrónicos da Assembleia da República.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 53 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.